

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO MAIOR CONJUNTO**

2018/2019



TII

**A SEGURANÇA MARÍTIMA NA UNIÃO EUROPEIA: CONTEXTO,
ATORES E PRÁTICAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Sofia Vitoriano Saldanha Junceiro
CAPITÃO-TENENTE, M**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

TII
A SEGURANÇA MARÍTIMA NA UNIÃO EUROPEIA:
CONTEXTO, ATORES E PRÁTICAS

CTEN M Sofia Vitoriano Saldanha Junceiro

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2018/2019

Pedrouços 2019



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**TII
A SEGURANÇA MARÍTIMA NA UNIÃO EUROPEIA:
CONTEXTO, ATORES E PRÁTICAS**

CTEN M Sofia Vitoriano Saldanha Junceiro

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2018/2019

Orientador: MAJ ART Nuno Rosa Calhaço

Pedrouços 2019



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, Sofia Vitoriano Saldanha Junceiro, declaro por minha honra que o documento intitulado **“A SEGURANÇA MARÍTIMA NA UNIÃO EUROPEIA: CONTEXTO, ATORES E PRÁTICAS.”** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditora do CEMC 2018/2019 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 13 de maio de 2019

CTEN, Marinha, Sofia Vitoriano Saldanha Junceiro



Agradecimentos

Ao meu orientador, MAJ ART Nuno Rosa Calhaço, pelos concelhos e apoio ao longo de todo o processo da elaboração deste trabalho.

Às diversas entidades que colaboraram, quer através de entrevistas informais, quer através da disponibilização de informação necessária para o desenvolvimento deste estudo.

Aos camaradas auditores do CEMC 2018/2019 pelo espírito de entreajuda, camaradagem e apoio que demonstraram ao longo deste percurso.

Em especial, ao meu marido André, que esteve sempre ao meu lado, nem que fosse para não me deixar dormir em frente ao computador; aos meus filhos, Luis e Joana pela paciência e compreensão e pelos miminhos oferecidos nas horas difíceis. Aos meus pais, por todo o apoio e disponibilidade, e, não menos importantes, aos amigos sempre presentes, Helena e Isabel, pela disponibilidade e amizade.

A todos vós, o meu sincero obrigado.



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento conceptual e percurso metodológico	5
1.1. Conceitos utilizados	5
1.2. Metodologia e Desenho da pesquisa.....	6
2. O projeto EUCISE 2020	8
2.1. EUCISE 2020	8
2.2. Princípios EUCISE 2020	9
2.3. Segurança da Informação no EUCISE 2020	11
2.4. Roteiro para o Futuro.....	11
2.5. Síntese Conclusiva.....	13
3. O projeto NIPIM@R e o contributo da Marinha	15
3.1. NIPIM@R.....	15
3.2. Participação das Entidades Nacionais	18
3.3. Participação da Marinha	19
3.4. Síntese Conclusiva.....	21
4. Análise do contributo da Marinha para o NIPIM@R e para o EUCISE	23
4.1. Análise da participação no NIPIM@R	23
4.2. Análise da participação portuguesa no EUCISE2020	25
4.3. Contributo da Marinha.....	25
4.4. Avaliação da Contribuição de Portugal	27
4.5. Síntese Conclusiva.....	28
Conclusões.....	30
Bibliografia.....	35

Índice de Anexos

Anexo A — Descrição dos Serviços do CISE.....	Anx A -1
Anexo B — Excerto do Relatório da Comissão Europeia relativa ao acervo Schengen a Portugal	Anx B -1

Índice de Apêndices

Apêndice A — Funções de Monitorização e Suporte do CISE.....	Apd A -1
--	----------



Apêndice B —	Fontes de dados da Marinha.....	Apd B -1
Apêndice C —	Resumo das Entrevistas.....	Apd C -1

Índice de Figuras

Figura 1 – Logótipo do Projecto EUCISE 2020.....	8
Figura 2 - Esquema de Rede do EUCISE 2020.....	9
Figura 3 – As sete comunidades utilizadoras do EUCISE	10
Figura 4 - Distribuição do volume de informação pelas sete comunidades.	12
Figura 5 – Entidades Participantes Projecto Nacional NIPIM@R.....	16
Figura 6 - Resumo dos Projectos de Desenvolvimento Nacional	18
Figura 7 - Rede conceptual de partilha de informação no NIPIM@R.	19
Figura 8 – Principais ações a desenvolver até dezembro de 2021	33

Índice de Quadros

Quadro 1 - Quadro resumo do percurso metodológico	4
Quadro 2 - Correlação de Dados da Marinha com os serviços do CISE.....	26
Quadro 3 - Quadro comparativo Serviço CISE e Dados da Marinha.....	26
Quadro 4 - Matriz SWOT relativa à rede de partilha de informação no âmbito da VMI....	27
Quadro 5 - Análise SWOT	28
Quadro 6 - Descrição dos Serviços CISE.....	1
Quadro 7 - Funções de Monitorização e Suporte do CISE.....	1
Quadro 8 - Fontes de dados da Marinha.....	1
Quadro 9 - Entrevistas realizadas	1
Quadro 10 – Resumo das Entrevistas Realizadas.....	1



Resumo

A União Europeia encontra-se a desenvolver a *Common Information Sharing Environment*, com o objetivo de permitir o acesso, em tempo útil, a uma série de informação relevante e exata. Para isso, desenvolveu um projeto, o EUCISE 2020, onde Portugal, participa com o seu projecto nacional NIPIM@R.

Este trabalho pretende avaliar a possível contribuição da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, como uma participação de Portugal para a segurança marítima da União Europeia até 2021. Através de um desenho de pesquisa assente no estudo de caso, com um raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa, respondeu-se à questão central “Qual a possível contribuição da Marinha e da AMN, como uma participação de Portugal, para a segurança marítima da UE até 2021.” Para isso, estudou-se o projeto europeu EUCISE 2020 e o projecto nacional NIPIM@R, por forma a fazer uma análise à contribuição da Marinha para a vigilância Marítima.

Da avaliação realizada concluiu-se que existe espaço para melhorar a cooperação entre as entidades nacionais, assim como a necessidade da criação de um normativo que regule a partilha de informação e de mais investimento para modificar os sistemas por forma a permitir a partilha de informação na sua plenitude.

Palavras-chave: Partilha de informação; Segurança marítima; Vigilância marítima integrada; EUCISE 2020; NIPIM@R



Abstract

European Union is developing a Common Information Sharing Environment with the goal of enabling timely access to relevant and accurate information. In order to do so, project EUCISE 2020 was developed. Portugal participates with its own national project - NIPIM@R.

The purpose of this work is to assess a potential contribution of the Navy and the National Maritime Authority, as a participation of Portugal to the European Union maritime security until 2021.

This paper will answer the following research question: “What is the potential contribution of the Navy and the National Maritime Authority, as a participation of Portugal in the European Union maritime security until 2021?”, by using a case study and a deductive reasoning based on a qualitative research strategy. The EUCISE 2020 European project and the NIPIM@R national project were studied in order to assess the Navy’s contribution to maritime surveillance.

The results from the assessment allow us to conclude that the cooperation among national entities can be improved; there is a need to rule the sharing of information; and that more investment is needed to change the systems to enable full information sharing.

Keywords: *Information Sharing, Maritime Security, Integrated Maritime Surveillance; EUCISE 2020; NIPIM@R*



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AESM - Agência Europeia de Segurança Marítima (*EMSA*)

AIS - *Automatic Identification System*

AMN - Autoridade Marítima Nacional

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

CCE - Comissão das Comunidades Europeias

CE - Comissão Europeia

CEMA - Chefe do Estado-Maior da Armada

CEMC - Curso de Estado-Maior Conjunto

CISE - *Common Information Sharing Environment*

COMAR - Centro de Operações Marítimas

CooP - Projeto *Cooperation Project on Maritime Surveillance*

COSMOS - *Collaborative System for Maritime Operations Support*

CUE – Conselho da União Europeia (*Council of the European Union*)

DGAM - Direção Geral da Autoridade Marítima

DGMARE - Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pesca

DGPM - Direção-Geral da Política do Mar

DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

DGT - Direção Geral do Território

EMA – Estado-Maior da Armada

ENM - Estratégia Nacional para o Mar

ESME - Estratégia de Segurança Marítima Europeia

ETSI - *European Telecommunications Standards Institute*

FAP - Força Aérea Portuguesa

FOC - *Full Operational Capability*

GNR - Guarda Nacional Republicana

GNS - Gabinete Nacional de Segurança

IOC - *Inicial Operational Capability*

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IUM - Instituto Universitário Militar

IUU – Ilegal, não declarado e não regulamentado (*Illegal, unreported and unregulated*)

MRCC - *Maritime Rescue Coordination Center*

OE - Objetivos Específicos

OG - Objetivo Geral



PCM - Presidência do Conselho de Ministros

PJ - Polícia Judiciária

PMI - Política Marítima Integrada

PMP - Plano Mar Portugal

QC - Questão Central

QD - Questões Derivadas

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RGPD – Regulamento Geral da Proteção de Dados

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SGSI - Sistema de Gestão de Segurança da Informação

SIS - Serviço de Informações e Segurança

SIVCC - Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo

SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities, e Threats* (FOFA - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

UE - União Europeia

VMI - Vigilância Marítima Integrada

VMS - *Vessel Monitoring System*

VTs - *Vessel Traffic Service*



Introdução

Em 2007 a Comissão das Comunidades Europeias (CCE) propôs uma Política Marítima Integrada (PMI) para a União Europeia (UE), onde foi identificada a necessidade de um reforço da cooperação e uma coordenação efetiva entre todas as políticas relacionadas com os mares, aos diferentes níveis de decisão, sendo que um dos instrumentos para uma política integrada é a criação de uma rede europeia de vigilância marítima (CCE, 2007, pp. 2-3).

Nesse sentido, a UE tem vindo a desenvolver, desde 2008, um conceito de partilha de informação no domínio marítimo à sua responsabilidade, a *Common Information Sharing Environment* (CISE), com o objetivo de permitir o acesso, em tempo útil, a uma série de informação relevante e exata, relativa à segurança marítima europeia, e, disponibilizada de forma automática (Veloso, 2015, pp. 743-744). Mais tarde, em 2014, e no seguimento da PMI, a Comissão da União Europeia (CUE), emanou a Estratégia de Segurança Marítima Europeia (ESME), que define como objetivo a necessidade de garantir a defesa dos interesses de segurança marítima da UE e dos seus estados membros, face a uma multiplicidade de riscos e ameaças existentes no domínio marítimo global (CUE, 2014, p. 2).

Assim, de forma a fortalecer a resposta da UE nesta área, a CUE identificou cinco domínios principais de implementação, entre os quais, a “*sensibilização marítima*” e a “*vigilância e partilha de informação*”. O objetivo será o de assegurar que as informações de vigilância marítima coletadas por uma autoridade civil ou militar marítima, caso sejam consideradas necessárias para as atividades operacionais de outras autoridades, possam ser compartilhadas e sujeitas a múltiplas utilizações, em vez de coletadas e produzidas várias vezes. Desta forma, será possível chegar a um quadro comum de consciencialização marítima validado, contribuindo para o uso mais coordenado dos sistemas espaciais disponíveis e das tecnologias de deteção remota, das suas aplicações e dos seus serviços derivados. Para atingir esse objetivo, uma das ações será o desenvolvimento da CISE (CUE, 2014).

O projeto EUCISE 2020 será, assim, a implementação de referência do CISE, encontrando-se a ser desenvolvido por 15 estados membros da UE, em estreita ligação com a CUE (EUCISE 2020, 2015). Este projeto esteve em demonstração e validação operacional até 31 de março de 2019, passando para uma fase de operacionalização, onde se prevê que sejam definidos normativos que regulem a troca de informação, nomeadamente, quem



partilha o quê e com quem. Fica, também, por definir qual a entidade que ficará responsável pela manutenção do sistema propriamente dito quando este ficar totalmente operacional.

Ao nível nacional, e no âmbito da sua Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2013-2020, Portugal estabeleceu um conjunto de ações que se encontram estruturadas no Plano Mar Portugal (PMP). Assim, e cumprindo com a ENM, Portugal participa, sem prejuízo de outros esforços de cooperação internacional¹, nos projetos europeus que visam a integração da vigilância marítima, com a troca de informação entre agências dos Estados-Membros, no que respeita ao controlo de fronteiras, da pesca, da poluição marítima, à prevenção e supressão de atividades ilícitas e à segurança da navegação e salvaguarda da vida humana no mar (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro, 2014).

Sob a coordenação da Direção-Geral da Política do Mar (DGPM), desde 2009, mais de três dezenas de entidades, civis e militares, governamentais e não-governamentais nacionais, têm vindo a estar envolvidas na implementação do projeto NIPIM@R, entre elas a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional (AMN) (DGPM, 2016 a, pp. 2-3). O projeto NIPIM@R constitui, assim, a implementação do CISE em Portugal (Veloso, 2015, p. 748).

Por forma a identificar o objeto de estudo, torna-se necessário esclarecer sobre “quem”, “o quê”, “onde” e “quando” a investigação vai decorrer (Santos & Lima, 2016). Assim, este estudo incide sobre o projeto de partilha de informação relacionada com a vigilância marítima da UE: o projeto EUCISE 2020, que na vertente nacional se materializa no projeto NIPIM@R.

O projeto nacional NIPIM@R possui um interesse acrescido na presente investigação, não só pelo contributo para a Vigilância Marítima Integrada (VMI) do espaço da UE, mas acima de tudo pela partilha de informação entre entidades nacionais, possibilitando uma economia de esforços entre entidades que detêm responsabilidade na vigilância marítima.

Os projetos de VMI europeus e nacionais são relativamente recentes, não existindo, ainda, muitos estudos nessa área, e os que existem dizem respeito a questões técnicas dos projetos.

Relativamente à delimitação temporal, esta investigação inicia-se em 2009, aquando do início do primeiro projeto de partilha de informação no âmbito da segurança marítima da UE, passando pela data prevista para a conclusão do projeto EUCISE 2020 (março de 2019), projetando-se até finais de 2021, por forma a vislumbrar o futuro da vigilância marítima na

¹ Nomeadamente na ação externa, incluindo o combate à pirataria.



UE. No que respeita à delimitação no espaço, o estudo centra-se nas Zonas Marítimas sob Soberania e ou Jurisdição Portuguesa², não sendo alvo deste estudo a recolha de informação no espaço físico decorrente da extensão da plataforma continental nacional, uma vez que este processo ainda não se encontra aprovado. Os limites conceptuais do estudo restringem-se aos conceitos de segurança marítima europeia e da partilha da informação.

Embora seja um aspeto relevante, importa referir que os custos associados a todo o processo de implementação dos projetos não será alvo de investigação neste trabalho, assim como, não serão analisadas as questões técnicas associadas ao processo de partilha de informação.

Deste modo, considera-se que o objetivo geral (OG) da presente investigação é o de avaliar a possível contribuição da Marinha e da AMN, como uma participação de Portugal para a segurança marítima da UE até finais de 2021.

Para atingir o objetivo geral, definiram-se três objetivos específicos (OE):

OE 1: Descrever o projeto de partilha de informação EUCISE 2020;

OE 2: Descrever o projeto de partilha de informação NIPIM@R e a participação da Marinha e da AMN;

OE 3: Analisar os contributos, atuais e futuros, da Marinha e da AMN, no NIPIM@R e no CISE.

A pertinência desta investigação é sustentada pela revisão bibliográfica e pelas entrevistas exploratórias realizadas, pelo que, em conformidade com o quadro conceptual, formulou-se a seguinte questão central (QC): “Qual a possível contribuição da Marinha e da AMN, como uma participação de Portugal, para a segurança marítima da UE até 2021.” Servindo de guia para a investigação em curso, formularam-se três questões derivadas (QD) para auxiliarem na resposta à QC:

QD 1: Como se caracteriza o projeto de partilha de informação EUCISE 2020?

QD 2: Como se caracteriza o projeto de partilha de informação NIPIM@R e a participação da Marinha e da AMN?

QD 3: Qual a contribuição, atual e futura, da Marinha e da AMN no NIPIM@R e no CISE?

A presente investigação desenvolveu-se de acordo com o quadro 1, onde foram desenvolvidos os conceitos que nele constam, dentro das dimensões identificadas e

² “As zonas marítimas sob soberania e ou jurisdição nacional, de acordo com o definido na Convenção das Nações Unidas Direito do Mar, compreendem as águas interiores marítimas, o mar territorial, a zona económica exclusiva, incluindo a zona contígua ao mar territorial, e a plataforma continental.” (DGRM, s.d.)



apresentando os indicadores edificadas. Para isso, utilizou-se um desenho de pesquisa assente no estudo de caso, com um raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa (IUM, 2016, p. 20).

Quadro 1 - Quadro resumo do percurso metodológico

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Partilha de informação;	EUCISE	Origem e evolução;
		Entidades participantes;
		Serviços necessários;
		Critérios da informação;
Segurança marítima;	NIPIM@R	Origem e evolução;
		Entidades participantes;
		Serviços necessários;
		Critérios da informação;
vigilância marítima integrada.	Marinha e DGAM	Informação disponibilizada;
		Outra informação que cumpra os critérios de informação;

Em termos de organização, este trabalho, para além da introdução e conclusão, encontra-se organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feito um enquadramento conceptual, onde se definem os conceitos utilizados na investigação assim como a estratégia e metodologia aplicadas. No segundo capítulo pretende-se saber a origem do projeto EUCISE 2020, a sua evolução, qual o princípio de partilha associado, qual o objetivo e o que se prevê para o futuro do projeto. No capítulo seguinte, irá ser analisada a rede nacional, o projeto NIPIM@R, assim como o contributo da Marinha e da AMN. No quarto e último capítulo irá ser feita uma análise e avaliação do contributo da Marinha e AMN para o NIPIM@R e para o CISE, através da análise do que está partilhado, o que pode ser partilhado, e se a informação partilhada por Portugal atinge o objetivo da UE. Por fim, apresentam-se as conclusões a que esta investigação conseguiu alcançar, assim como a identificação de possíveis investigações futuras.



1. Enquadramento conceptual e percurso metodológico

Decorrente da PMI de 2007, a UE tem vindo a desenvolver a CISE e, no seu seguimento, a CUE emanou, em 2014, a ESME, que identifica a necessidade de implementação um sistema de “*vigilância e partilha de informação*” (CUE, 2014). A nível nacional, Portugal participa desde 2008 nos trabalhos relacionados com a VMI da UE (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro, 2014, p. 1313). Nesse sentido, Portugal criou o projeto NIPIM@R, por forma a aumentar a partilha de informação relativa ao mar entre as entidades civis e militares, governamentais e não-governamentais nacionais, com responsabilidade na vigilância marítima. Existem atualmente diversas entidades que recolhem e exploram dados relativos à monitorização e ao controlo do tráfego marítimo, à monitorização do ambiente marinho, da sua biodiversidade e atmosfera, sendo que a partilha das suas informações contribuem para a implementação da ENM 2013-2020 (DGPM, 2016 a, p. 1).

Como este estudo visa a análise do desenvolvimento do projeto EUCISE 2020 e o contributo da Marinha e da AMN para o projeto NIPIM@R, verificando se as informações a disponibilizar por Portugal, especificamente pela Marinha e pela AMN, contribuem para a VMI da UE, importa apresentar os conceitos utilizados e aplicados neste estudo.

Assim, neste primeiro capítulo, apresentam-se os conceitos que irão ser abordados ao longo do presente trabalho, por forma a possibilitar a compreensão da problemática do tema. Por forma a compreender a questão abordada, e tendo em conta que a bibliografia consultada ser maioritariamente anglo-saxónica, importa apresentar a interpretação do investigador sobre os conceitos identificados.

Para além disso, apresenta-se igualmente a metodologia utilizada na investigação assim como o modelo de análise aplicado.

1.1. Conceitos utilizados

Apresentam-se de seguida, os conceitos que fazem parte do desenvolvimento da presente investigação.

Primeiramente, apresenta-se o conceito de **CISE** como o conceito de partilha de informação no domínio marítimo; o **projeto EUCISE 2020** como o projeto europeu para a partilha de informação entre entidades europeias; e o **projeto NIPIM@R** como o projeto nacional para a partilha de informação entre entidades nacionais. Identificam-se ainda: a **VMI**, como “uma iniciativa da UE destinada a fomentar a eficácia e eficiência das atividades de vigilância dos mares europeus através do intercâmbio de informações e da colaboração intersectorial e transfronteiriça” (Portaria n.º 118-B/2016, de 29 de abril, 2016); e a **partilha**



de informação como o princípio de troca de informação entre entidades distintas relacionada com a VMI.

Importa aqui caracterizar o conceito de partilha. Quer o projeto EUCISE 2020, quer o projeto NIPIM@R funcionam apenas como uma plataforma de troca de informação, em que as entidades produtoras da informação são responsáveis pelo tratamento dos dados recolhidos, e posteriormente, pela sua disponibilização na rede.

Importa, também, fazer a distinção de dois termos utilizados na bibliografia anglo-saxónica, onde a tradução é idêntica para português (segurança): *safety* e *security*. Assim, refere-se a: *safety* quando nos referimos à segurança, no sentido de proteção em relação à integridade física, à saúde, às condições de higiene, a ausência de riscos de acidentes, à proteção das pessoas contra o perigo, aos riscos causados pelo meio (condições inseguras) ou por atos culposos de qualquer agente (negligência, imprudência, imperícia – ato inseguro); *security* refere-se à necessidade de implementar medidas e ações para fazer face a acontecimentos perigosos, que colocam em questão a segurança pessoal e patrimonial (Carvalho, 2012). De uma forma mais simples, as duas áreas distinguem-se por serem de natureza securitária (*security*) ou no âmbito da salvaguarda (*safety*) (EMA, 2012, pp. A-2).

A CCE classifica a *security marítima* como um conjunto de medidas do domínio marítimo global, no âmbito do qual, os direitos internacionais e nacionais são aplicados, com o objetivo de garantir a liberdade de navegação, e de proteger os seus cidadãos, infraestruturas, transportes, meio ambiente e recursos marinhos. Acrescenta, ainda, que é através de uma *security* marítima adequada que podemos proteger os interesses marítimos estratégicos da UE (CUE, 2014, p. 3).

Importa fazer a distinção entre os conceitos de **informação** e de **dados**. Neste âmbito, considera-se que a aquisição de **dados**, permite o desenvolvimento de elementos de **informação** através do tratamento e contextualização desses **dados**. Através do estabelecimento de relações com outras fontes, irá sendo acrescentado valor à informação, criando assim conhecimento (EMA, 2012, pp. 2-1).

1.2. Metodologia e desenho da pesquisa

Para a presente investigação, seguiu-se um posicionamento epistemológico interpretativista, onde se procurou explicar o mundo social, neste caso concreto, do contributo da Marinha e da AMN na partilha da informação situacional marítima, assente na verificação dos fenómenos e interpretação dos seus significados subjetivos (IUM, 2016, pp. 19-20). Assim, optou-se por um desenho de pesquisa assente no estudo de caso, com um raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa (IUM, 2016, p. 20).



A estratégia de investigação qualitativa privilegia uma pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, visando assim alcançar uma perspetiva global do fenómeno em estudo (IUM, 2016, p. 85).

No que respeita às delimitações da investigação, a investigação inicia-se em 2009, e projeta-se até 2021, por forma a vislumbrar o futuro da vigilância marítima na UE e no que ao espaço diz respeito, o estudo centra-se nas Zonas Marítimas sob Soberania e ou Jurisdição Portuguesa, não sendo considerada a extensão da plataforma continental pelas razões atrás apontadas. Embora relevante, não serão analisados os custos associados a todo o processo de implementação dos projetos assim como, as questões técnicas associadas ao processo de partilha de informação.

Para orientar a investigação, definiu-se como OG, o de avaliar a possível contribuição da Marinha e da AMN, como uma participação de Portugal para a segurança marítima da UE até 2021, tendo como QC “Qual a possível contribuição da Marinha e da AMN, como uma participação de Portugal, para a segurança marítima da UE até finais de 2021.” Por forma a orientar a investigação, estabeleceram-se três OE e três QD, sendo os OE 1: Descrever o projeto de partilha de informação EUCISE 2020; OE 2: Descrever o projeto de partilha de informação NIPIM@R e a participação da Marinha e da AMN; OE 3: Analisar os contributos, atuais e futuros, da Marinha e da AMN, no NIPIM@R e no CISE. E as QD: “Como se caracteriza o projeto de partilha de informação EUCISE 2020?”; “Como se caracteriza o projeto de partilha de informação NIPIM@R e a participação da Marinha e da AMN?” e “Qual a contribuição, atual e futura, da Marinha e da AMN no NIPIM@R e no CISE?”

Por forma a avaliar o contributo na partilha de informação, irá ser utilizada a ferramenta de análise SWOT (*Strenghts, Weaknesses, Opportunities, e Threats*), ou FOFA, do português (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), que permite medir a favorabilidade de uma empresa diante de seus ambientes interno e externo (Borges, 2013). Assim, a nível nacional, serão diagnosticados os pontos fortes e fracos, e, resultante de uma análise à envolvente externa, a nível europeu, serão analisadas as oportunidades e as ameaças (Economias, 2017). Com esta análise é possível identificar possíveis linhas de ação a desenvolver para que Portugal consiga agarrar as oportunidades e aproveitar os seus pontos fortes, por forma a robustecer as suas fraquezas e minimizar os danos relativos às ameaças.



2. O projeto EUCISE 2020

Neste capítulo pretende-se caracterizar o projeto EUCISE 2020, refletindo sobre os seus princípios, os seus intervenientes, as aéreas de partilha de informação, passando também pela compreensão do enquadramento legislativo para a partilha de informação. Assim, será possível realizar uma análise do projeto e compreender de que forma Portugal participa nessa troca de informação.

2.1. EUCISE 2020

A Europa possui 70.000 km de orla costeira, estendendo-se ao longo de dois oceanos (Atlântico e Ártico) e quatro mares (Báltico, Mar do Norte, Mediterrâneo e Mar Negro), onde cerca de 40% da população da UE se encontra localizada nas regiões costeiras (CCE, 2007, p. 4).

Os espaços marítimos e as costas da Europa, atravessadas por rotas comerciais, funcionam como um regulador do clima e constituem-se como uma fonte de alimento, de energia e de recursos, bem como de residência e de lazer para os seus cidadãos (CCE, 2007, p. 2).

A Estratégia para a Europa 2020 reconhece que, se os estados membros agirem em conjunto, a Europa será significativamente mais eficiente. A iniciativa da Comissão Europeia (CE) para integrar a vigilância marítima, reúne as autoridades competentes dos Estados-Membros, em todos os sectores marítimos, para permitir a partilha de dados a ela relativa. A cooperação aumentará a eficácia e a rentabilidade da vigilância nos mares europeus (Damanaki, 2010, p. 3). Assim, o aumento da eficácia associado à melhoria da eficiência aumenta o rendimento sendo possível obter o máximo de resultados com o menor investimento ou gasto de recursos possível.

Na verdade, o CISE não é um sistema novo ou um sistema de sistemas, mas sim uma plataforma que permite a cooperação em matéria de informação, assente no princípio da responsabilidade de partilha entre os sistemas existentes das autoridades de uma rede marítima europeia (Matarazzi, 2019 a).

Tendo em consideração a diferença existente entre os estados-membros da UE, no que respeita à tecnologia, conhecimento e recursos, a criação de uma rede de partilha de informação tem, à partida, uma série de obstáculos. As iniciativas relacionadas com a partilha de informação



Figura 1 – Logótipo do Projecto EUCISE 2020

Fonte: Disponível em CE (2010)



no contexto da VMI tiveram início em 2009, com o Projeto BlueMassMed³, passando pelo Projeto *Cooperation Project on Maritime Surveillance* (CoopP) e pelo CISE *Incubator*. Estes projetos foram um passo muito importante para a implementação do modelo de informação CISE, permitindo, primeiramente, garantir a criação das ligações entre os estados membros, seguida do estabelecimento de uma linguagem comum e da confirmação da possibilidade de troca de dados.

Na sequência desta evolução, foi concebido o projeto EUCISE 2020, destinado a testar a capacidade de realizar a troca de informação entre as diversas entidades dos estados membros da UE com responsabilidades no domínio da vigilância marítima.

Neste momento, o projeto conta com 39 parceiros de 15 países da Europa e está instalado em nove países, sendo constituído por 12 nós EUCISE 2020 (dois dos quais, são usados para divulgação e investigação) (EUCISE 2020, 2015) (figura 2).

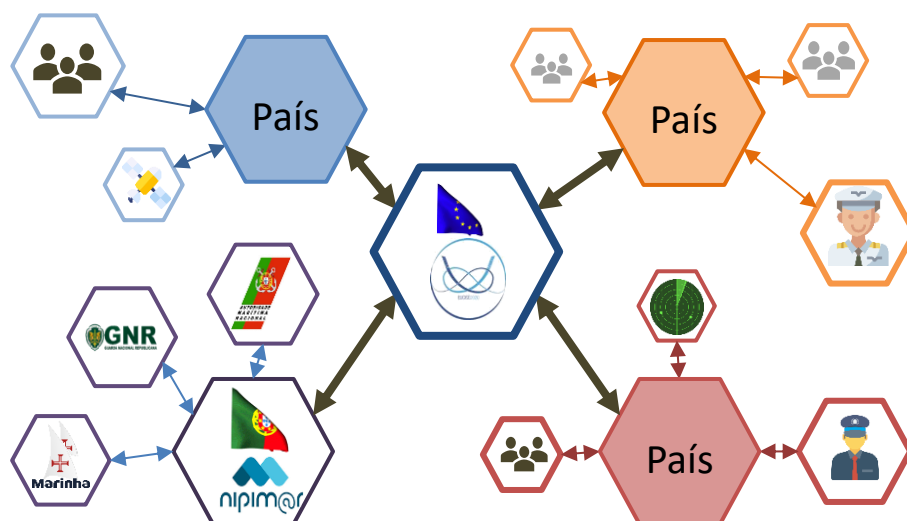


Figura 2 - Esquema de Rede do EUCISE 2020

Portugal participou desde o início nestes projetos, tendo acompanhado a evolução dos conceitos e da tecnologia, implementando as estruturas necessárias para chegar hoje à fase de realizar a troca de informação propriamente dita (DGPM, 2017, p. 4).

2.2. Princípios EUCISE 2020

O projeto EUCISE 2020 decorre desde do final de 2014, sendo o primeiro teste para o estabelecimento de uma rede entre os países participantes, onde se envolvem autoridades públicas, civis e militares, para a partilha de dados e serviços no contexto do CISE (Velo, 2015, p. 746). Este visa aumentar a eficiência, a qualidade, a capacidade de resposta e de

³ Projeto-piloto, da integração da VMI da UE, para o Mediterrâneo e acessos atlânticos, desenvolvido no período de 2009 a 2012, (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro, 2014, p. 1313)



coordenação das operações de vigilância, no domínio marítimo europeu, promovendo a inovação, a prosperidade e a segurança da UE e dos seus cidadãos, e irá garantir que as informações reunidas por uma autoridade marítima, possam ser partilhadas (EUCISE 2020, 2015).

Desta forma, de acordo com a CE (2010), o EUCISE 2020 apresenta como princípios:

- A descentralização completa de acordo com a arquitetura híbrida CISE, sem sistema central, sem banco de dados central;
- A cooperação militar / civil;
- A independência de qualquer sistema e/ou sensor;
- A independência de qualquer arquitetura nacional ou europeia;
- A arquitetura técnica comum;
- A gestão da informação EU RESTRICTED⁴, através de um canal especial;
- A adesão firme a padrões e *software* de código aberto;
- A abertura a novos parceiros e a agências europeias.

Ora, tendo em conta os objetivos propostos pela UE, o EUCISE 2020 nasce com o objetivo de partilhar a informação entre as sete principais comunidades que intervêm na área da segurança marítima europeia (figura 3).

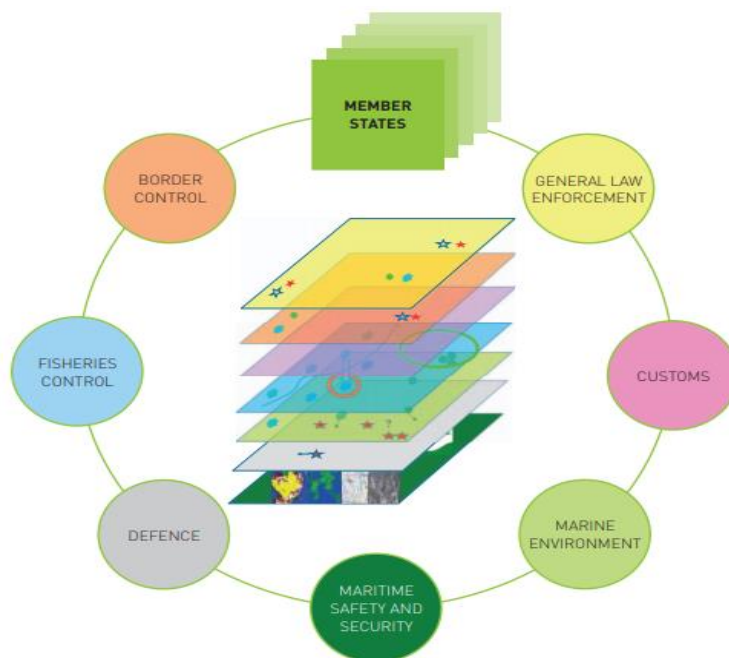


Figura 3 – As sete comunidades utilizadoras do EUCISE

Fonte: Disponível em CE (2010)

⁴ Marca de classificação de segurança atribuída pela UE.



Alertando para a necessidade de coerência e complementaridade entre os sistemas de troca de dados obrigatórios e não obrigatórios, a Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pesca (DGMARE) definiu uma abordagem que promove a ideia de reforçar a interoperabilidade e a partilha de informação em três camadas (DGMARE, 2017, p. 4):

- Camada 1: entre agências da UE (obrigatório);
- Camada 2: entre as agências da UE e as autoridades dos Estados-Membros (obrigatório);
- Camada 3: entre e dentro dos Estados-Membros (voluntária).

Neste âmbito, Portugal encontra-se inserido na terceira camada, onde a DGPM se constitui como entidade de interligação com as outras entidades participantes no projeto.

2.3. Segurança da Informação no EUCISE 2020

Tendo em conta o cariz diferenciado do tipo de informação que pode circular no sistema, o projeto EUCISE 2020 pretende desenvolver e edificar um sistema EU UNCLASS e um sistema EU RESTRICTED⁵, que, por motivos de segurança, teriam de funcionar necessariamente em infraestruturas separadas. Contudo, embora tenha sido desenvolvido e estudado o sistema classificado, ele não foi edificado por falta de tempo e/ou de parceiros interessados em participar na demonstração e implementação (F. Rodrigues, entrevista por email, 22 de março de 2019).

Uma vez que o EUCISE 2020 funciona como plataforma de troca de informação entre as sete comunidades identificadas anteriormente (figura 3), a informação por ele disponibilizada apresenta uma matriz de transversalidade entre essas comunidades, permitindo, assim, uma verdadeira partilha de informação entre todos os intervenientes. Foi assim criada uma matriz onde são identificados 12 tipos de serviços disponibilizados pelo projeto (anexo A). Estes serviços não são mais do que a identificação do tipo de informação que pode circular na rede do CISE.

2.4. Roteiro para o Futuro

Tendo o projeto EUCISE 2020 sido criado para possibilitar a troca de informação entre as entidades europeias com responsabilidades nas áreas da vigilância marítima, este projeto esteve em fase de demonstração e validação operacional até 31 de março de 2019. Desse período foi possível obter como resultados (Matarazzi, 2019 b):

- Identificação dos requisitos conjuntos funcionais e técnicos, assim como a arquitetura;

⁵ Marcas de classificação de segurança atribuídas pela UE.



- Identificação de *software* e documentação de base e comum;
- Criação de uma infraestrutura operacional única interoperável em 10 nós nacionais para troca de informações transversais e transnacionais;
- Troca de dados e informações;
- Cooperação reforçada nas administrações marítimas da comunidade europeia;
- Estabelecimento de um grupo de normalização formal no ETSI⁶;
- Análise e recomendações.

No decorrer do período de operacionalização do projeto, as 35 entidades participantes foram disponibilizando informação referente às sete comunidades utilizadoras, sendo que, no ponto de situação realizado em 12 de março de 2019, (Matarazzi, 2019 a), verificou-se que a maior parte da informação que circula no sistema é a que respeita à *safety* e à *security* marítimas e à prevenção da poluição do mar, seguida pela área da Defesa (figura 4).

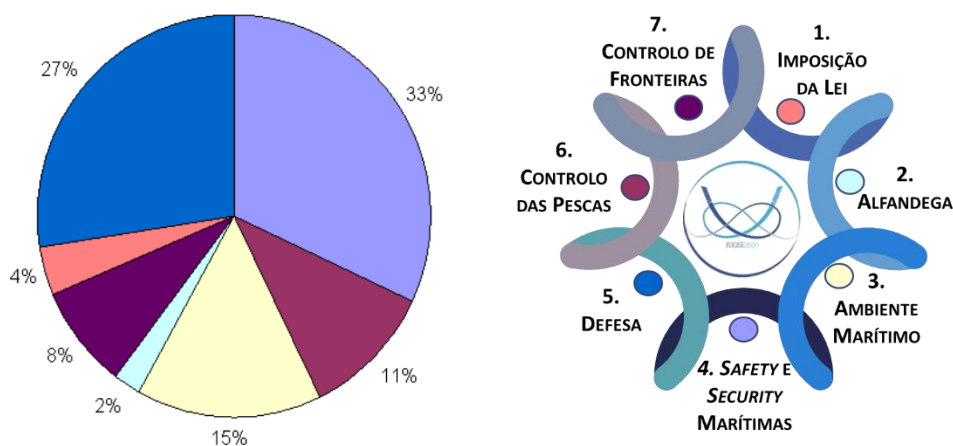


Figura 4 - Distribuição do volume de informação pelas sete comunidades.

Fonte: Adaptado de Matarazzi (2019 a)

Após esta fase, todo o legado até agora desenvolvido e edificado irá possibilitar o iniciar de uma fase de transição até à *Inicial Operational Capability* (IOC) (prevista a partir de 2021), não havendo, no entanto, uma *Full Operational Capability* (FOC) estabelecida (F. Rodrigues, *op. cit.*).

Enquanto se encontra em fase de projeto, o EUCISE 2020 encontra-se sob a alçada da DGMARE. Contudo, a CE propôs que seja a Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM) a apoiar os Estados-Membros na coordenação dos aspetos técnicos da

⁶ O instituto europeu *European Telecommunications Standards Institute* (ETSI) define padrões que permitem ao mercado europeu funcionar ao nível das telecomunicações.



implementação do CISE, assim como, as futuras operações do seu dia-a-dia (DGMARE, 2017, pp. 4-5).

Desta forma, a AESM irá assumir um papel de coordenação da próxima fase, onde ficará com competência de gestão do sistema, resultando na prática, uma responsabilidade para os países na manutenção e sustentação do sistema, sendo responsável pelas tarefas de rotina administrativas, financeiras/contratação e de secretariado do grupo (F. Rodrigues, *op. cit.*).

Durante a fase de transição, visando a implementação operacional do CISE até ao final 2020, a AESM poderá necessitar de aconselhamento jurídico especializado, assim como de apoio adicional no tratamento de quaisquer questões legais relativas ao CISE que podem surgir. Antevendo essa necessidade, a AESM lançou um convite para contratar serviços jurídicos, principalmente nas áreas de direito internacional, dos direitos de autor, da lei europeia de proteção de dados e da lei europeia e de tecnologias de informação internacional, bem como em todas as outras áreas da legislação da UE e nacional que possam ser relevantes no contexto da implementação do CISE (TED, 2019, p. 2).

Portugal, através da DGPM, está a participar ativamente no projeto e pretende continuar a desenvolver o Programa CISE Nacional (consubstanciado pelo NIPIM@R e pelo nó EUCISE 2020), mantendo o alinhamento CISE com os restantes organismos e parceiros nacionais (F. Rodrigues, *op. cit.*).

2.5. Síntese Conclusiva

Sintetizando, o projeto EUCISE 2020 é um sistema de partilha de informação relativa à vigilância marítima nas áreas de interesse da UE e que conta com a participação de 15 países europeus e 35 entidades. Em termos de desenvolvimento, terminou a fase de demonstração e validação operacional a 31 de março de 2019, e irá iniciar-se uma fase de operacionalização até à IOC, prevista para 2021. Neste momento, o sistema encontra-se apenas implementado numa rede EU UNCLASS⁷, estando, no entanto, previsto um segmento para matéria classificada. Relativamente à informação, o sistema contempla sete áreas de partilha de informação, sendo que, as mais ativas na fase de demonstração, foram as áreas relativas à *safety* e *security* marítima, prevenção da poluição e Defesa. Tendo em conta o ponto de situação do projeto, a AESM irá assumir um papel de gestão e coordenação da próxima fase até 2021. Contudo, falta ainda criar um enquadramento legal que regule a

⁷ Marca de classificação de segurança atribuída pela UE.



partilha de informação, garantindo assim a proteção de dados das entidades que participam na mesma.

Com o desenvolvimento do presente capítulo, considera-se respondida à QD 1: Como se caracteriza o projeto de partilha de informação EUCISE 2020?



3. O projeto NIPIM@R e o contributo da Marinha

Dado que Portugal participa na troca de informação no CISE, através do projeto NIPIM@R, torna-se necessário compreender este projeto nacional. Assim, neste capítulo pretende-se caracterizar o projeto NIPIM@R, analisando os seus princípios, os seus intervenientes, as áreas de partilha, passando também pela compreensão do enquadramento legislativo da partilha de informação. Assim, será possível realizar uma análise do projeto e compreender de que forma a Marinha⁸ participa nessa troca de informação.

3.1. NIPIM@R

Em janeiro de 2014, e tendo como ponto de partida o protótipo nacional edificado no âmbito da participação nos projetos europeus BlueMassMed, CoopP e CISE Incubator (DGPM, 2017, pp. 4-8), a DGPM desenvolveu o nó nacional de integração e partilha de informação sobre o mar, que se materializou através do projeto NIPIM@R. Este projecto permite, depois da interligação com alguns dos sistemas de informação de vigilância marítima, de observação da terra e de monitorização do ambiente marinho das várias entidades nacionais e europeias, através do EUCISE 2020. Assim, “o projeto NIPIM@R estabelece a governação e cria os mecanismos que permitem aumentar a partilha de informação sobre o mar, entre entidades civis e militares, governamentais e não-governamentais nacionais relevantes, baseando-se e contribuindo para a PMI da UE” (Velo, 2015, p. 748). Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos de primeiro nível para o projeto NIPIM@R (DGPM, 2017, p. 10):

- Aumentar a interoperabilidade organizacional entre os parceiros;
- Aumentar a interoperabilidade legal entre os parceiros;
- Aumentar a interoperabilidade técnica e semântica entre os parceiros.

Coordenado pela DGPM, o consórcio nacional é constituído por 13 parceiros⁹ nacionais (figura 5), que integram uma equipa técnica multidisciplinar e que envolvem elementos de diversas entidades públicas nacionais, nomeadamente (DGPM, 2017):

- Da Marinha Portuguesa (incluindo a AMN, composta pela DGAM e Polícia Marítima);
- Da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);

⁸ Incluindo a AMN.

⁹ As 13 entidades incluem a Marinha, a Polícia Marítima e a DGAM. Contudo, para efeitos de integração no NIPIM@R, as três entidades são representadas apenas pela Marinha, sendo então, 11 as entidades que representam o consórcio nacional.



- Da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- Da Força Aérea Portuguesa (FAP);
- Do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Da Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Do Gabinete Nacional de Segurança (GNS);
- Da Polícia Judiciária (PJ);
- Do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- Da Direção Geral do Território (DGT);
- Do Serviço de Informações e Segurança (SIS).



Figura 5 – Entidades Participantes Projecto Nacional NIPIM@R

Fonte: Adaptado de Augusto (2017)

Como ponto de partida, foram iniciados e levados a bom termo dois projetos¹⁰ (projetos 501 e 602), cofinanciados pela UE, tendo sido desenvolvido um estudo

¹⁰ O Projeto 501 visou diagnosticar o estado da arte nacional da partilha de informação sobre vigilância marítima entre autoridades públicas nacionais e definir os passos para a sua melhoria (DGPM, 2017, p. 12). O



aprofundado sobre o estado da arte nacional da partilha de informação sobre vigilância marítima, bem como para o desenvolvimento das capacidades tecnológicas para disponibilizar os serviços de informação necessários no nó nacional do EUCISE 2020 - o NIPIM@R.

O projeto 501, resultou: a definição da adoção do NIPIM@R, enquanto nó nacional do EUCISE 2020, para a partilha de informação sobre vigilância marítima; o aumento da interligação entre os sistemas de informação sobre vigilância marítima; o aumento da motivação para a partilha de informação sobre vigilância marítima; e a melhoria do quadro legal aplicável à partilha de informação sobre vigilância marítima (Cavaleiro, 2018, p. 22). Resultou, ainda, a identificação dos sistemas operacionais de cada entidade participante que poderiam integrar a rede de partilha (DGPM, 2017, pp. 34-66).

Relativamente aos resultados do projeto 602, identificaram-se, da parte da Marinha: a disponibilização de informação sobre controlo da pesca, de embarcações de recreio, da poluição, do ambiente marinho e das pescas e de apoio às investigações policiais; assim como a melhoria na deteção precoce de anomalias, busca e salvamento e do risco costeiro e marítimo (Cavaleiro, 2018, p. 22).

Dos projetos desenvolvidos pela DGPM, tendo em consideração de que do ponto de vista da segurança a natureza da informação disponibilizada pelas entidades é distinta, decorre, ainda, o Projeto 703¹¹, cujo objetivo é o desenho e implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) partilhada sobre o mar (DGPM, 2016 b, p. 1) e a certificação ISO 27001:2013 (DGPM, 2017, p. 12).

A implementação deste último projecto, demonstra uma preocupação em preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, uma vez que ao implementar a norma ISO/IEC 27001 (SGSI) são especificados os requisitos para estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoramento de um SGSI, assim como a especificação dos requisitos para controlos de segurança de acordo com as necessidades individuais de cada organização (APCER, s.d.).

projeto 602, teve como principal objetivo o desenvolvimento de capacidades tecnológicas para disponibilizar, no nó nacional do CISE (NIPIM@R), serviços de informação para utilização na partilha de informação sobre vigilância marítima entre as autoridades envolvidas, contribuindo, assim, para aumentar a eficiência e a eficácia da vigilância marítima, operações marítimas, ordenamento do espaço marítimo e monitorização e controlo das pescas e do ambiente marinho a nível nacional (DGPM, 2017, p. 11).

¹¹ O Projecto 703 decorre até ao final de 2019 (DGPM, 2016 b, p. 1).

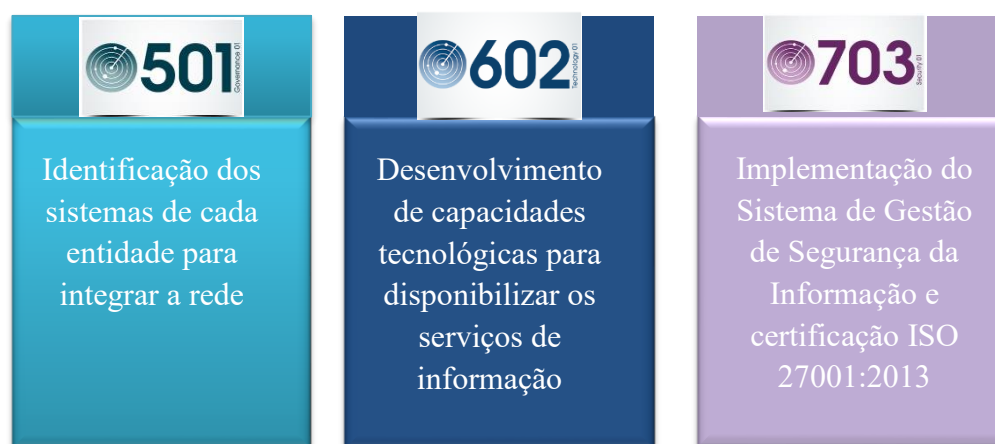


Figura 6 - Resumo dos Projectos de Desenvolvimento Nacional

Contudo, e à semelhança do projeto EUCISE, neste momento, ainda não existe nenhum documento legal que regule, especificamente, a partilha da informação entre os participantes do sistema, sendo uma partilha assente na base do voluntariado.

3.2. Participação das Entidades Nacionais

Do levantamento realizado no âmbito do projeto 501, analisando o esquema da figura 7, das 11 entidades participantes no projeto apenas sete se encontram previstas como participantes ativas na partilha da informação, sendo as restantes consideradas como passivas.

Atualmente, das sete entidades previstas como ativas no projeto NIPIMA@R, apenas a DGRM e a Marinha disponibilizam a informação pré-identificada como necessária para a VMI e consequentemente, para o EUCISE 2020 (P. Madeira, entrevista por telefone, 09 de maio de 2019), partilhando respetivamente, a informação do sistema *Vessel Monitoring System* (VMS)¹² e a informação relativa à fiscalização da pesca e à poluição marítima.

¹² VMS é um sistema de monitorização baseado em satélite que, em intervalos regulares, fornece dados às autoridades de Pesca sobre a localização, curso e velocidade de embarcações.

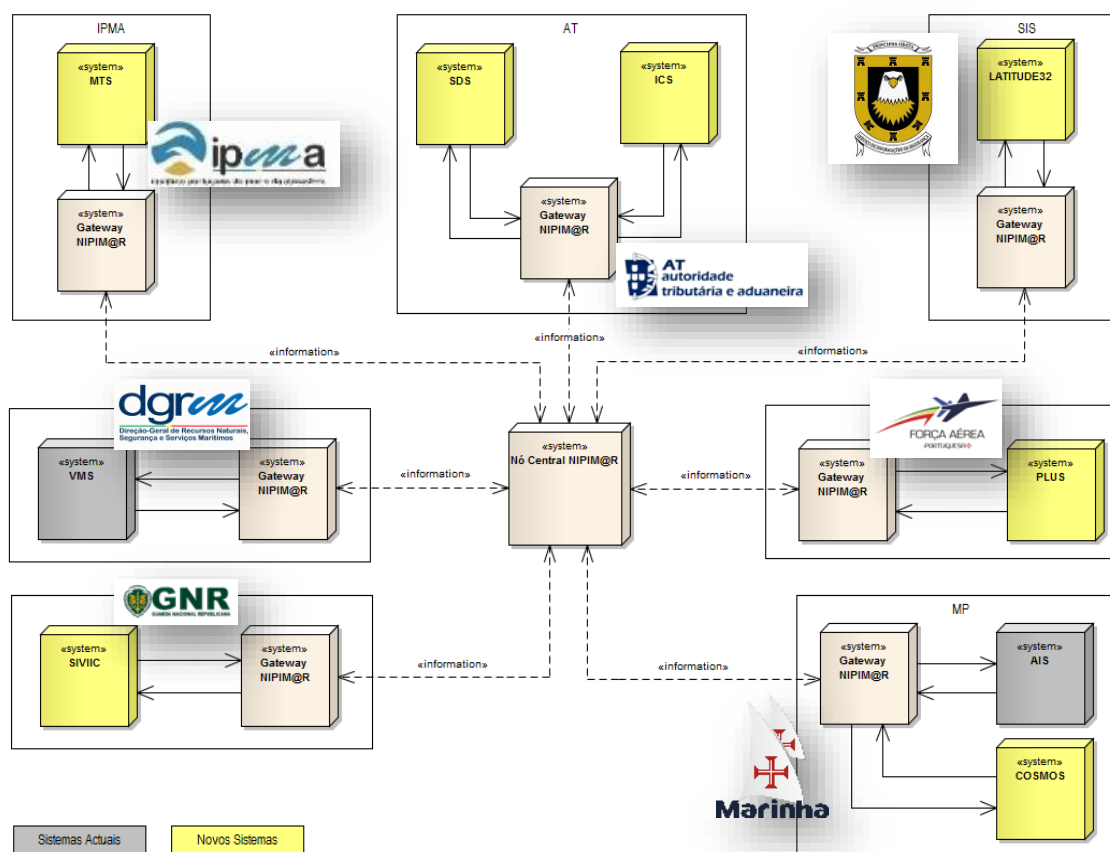


Figura 7 - Rede conceitual de partilha de informação no NIPIM@R.

Fonte: Adaptado de DGPM (2017, p. 100)

3.3. Participação da Marinha

Desde 2011 que os Almirantes Chefes do Estado Maior da Armada (CEMA), definem nas suas Diretivas Estratégicas¹³ uma orientação específica para a consolidação da capacidade do Conhecimento Situacional Marítimo. Atualmente, na sua Diretiva Estratégica da Marinha para o período 2018-2021, é definido como um objetivo estratégico, o fortalecimento do apoio à AMN assim como da cooperação com os parceiros nacionais e internacionais, atribuindo uma linha de ação que visa a cooperação com os parceiros nacionais e internacionais com interesses nas áreas da segurança, defesa e assuntos do mar, otimizando a coordenação, o apoio, a disponibilização e a utilização das capacidades da Marinha (GABCEMA, 2018, pp. 14, 20). Assim, a Marinha participa ativamente no projeto de partilha de informação por forma a “Contribuir para que Portugal utilize o Mar”¹⁴ (GABCEMA, 2018, p. 7).

¹³ As Diretivas de Política Naval de 2011, de Planeamento da Marinha de 2014 e Directiva Estratégica da Marinha de 2018 são os documentos que materializam a visão do CEMA para a Marinha.

¹⁴ Missão da Marinha (GABCEMA, 2018, p. 7).



Para isso, a Marinha desenvolveu e implementou internamente uma arquitetura orientada a serviços, a que denominou de *Collaborative System for Maritime Operations Support* (COSMOS), o que permite mediar, concentrar e distribuir a informação entre os vários fornecedores e os consumidores. Através do COSMOS, todos os sistemas da Marinha que tenham a necessidade de aceder a fontes de informação internas e externas, terão apenas de se ligar a este componente, ficando todos os mecanismos de segurança e ligações a fontes de informação externas da Marinha configurados no COSMOS. Desta forma, torna-se mais fácil gerir toda esta complexidade e heterogeneidade de ligações entre sistemas (Veloso, 2015, p. 754).

Um dos sistemas ligado ao COSMOS é o OVERSEE. Este é um sistema de informação que apoia as operações marítimas, compilando a informação relevante dos vários sistemas existentes, permitindo ao utilizador ter acesso a essa mesma panóplia de informação numa única consola (Veloso, 2015, p. 752).

Decorrente da participação da Marinha no projeto 602, a DGPM solicitou (DGPM, 2018), à Marinha, e esta disponibilizou, a informação relativa aos serviços desenvolvidos nessa altura (C. Carvalho, entrevista presencial, 2 de abril de 2019), nomeadamente:

- Informação sobre a poluição;
- Lista de legislação relativa às pescas para uma determinada área geográfica e um determinado período;
- Busca de navios de pesca ilegais, não declarados e não regulamentados (IUU) por critérios;
- Notificações de possíveis avistamentos de IUU;
- Lista de relatórios de Inspeção a navios de pesca;
- Notificações de relatórios de inspeção a navios de pesca;
- Serviços de AIS (dados estáticos como o nome do navio, suas medidas e a sua posição).

Em boa verdade, a Marinha é uma das poucas entidades que disponibiliza informação no NIPIM@R, ligando-se apenas num sentido ao sistema, ou seja, disponibiliza a informação, mas não possui capacidade de consulta. Tal facto deve-se ao não desenvolvimento de uma capacidade ou sistema que permita a consulta do NIPIM@R. Para aceder à informação, os sistemas necessitam de ser adaptados ou em último caso substituídos, necessitando de um investimento por parte das entidades para o realizar. Portugal tem vindo a adotar uma estratégia de obtenção de financiamento através da UE (à



semelhança dos projetos 501 e 602), mas tal financiamento é sempre inferior a 100%, tendo as entidades de suportar o restante. Para isso, é necessário fazer a inscrição desses investimentos em sede de orçamento, e muitas das vezes os *timings* não são coincidentes e as entidades acabam por não conseguir o financiamento necessário para completar as ações necessárias para a implementação de projetos (S. Veloso, entrevista por email, 03 de maio de 2019).

De acordo com o Estado Maior da Armada (EMA), a Marinha não prevê que seja estendida a sua participação no projeto para além da informação que já disponibiliza, mas, foram já identificadas algumas informações de outras entidades que poderiam trazer vantagens se fossem “conjugadas” com os dados já disponíveis.

A Marinha, no seu COMAR/MRCC possui o sistema OVERSEE que integra os dados de outras fontes (descritos no apêndice B), que permite uma imagem do panorama situacional marítimo. Contudo, é considerado pelo EMA, que este poderia ser mais completo se integrasse, igualmente, as imagens radar e vídeo do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVCC)¹⁵, se integrasse os dados relativos ao Centro de Controlo do Tráfego Marítimo – *Vessel Traffic Service* (VTS)¹⁶, ao RAWDATA da imagem satélite e LRIT¹⁷ (C. Carvalho, *op. cit.*).

Excluindo o sistema SIVCC, as restantes informações/sistemas solicitados, encontram-se disponíveis para consulta no COMAR/MRCC, contudo, não é possível a sua interligação com o sistema da Marinha – OVERSEE (A. Reis, entrevista presencial, 2 de abril de 2019).

3.4. Síntese Conclusiva

Sintetizando, o projeto NIPIM@R, coordenado pela DGPM, conta com 11 parceiros nacionais, e constituiu-se como o nó nacional do projeto EUCISE 2020 para a partilha de informação sobre vigilância marítima europeia. Para implementação do projeto nacional, foram edificados três projetos de desenvolvimento nacional, sendo que, dois já se encontram-se concluídos e um, respeitante às questões associadas à segurança da partilha de informação, tem data prevista de conclusão para o final de 2019. Encontra-se definido que, das 11 entidades participantes, seis sejam entidades ativas e as restantes passivas na partilha de informação. Apesar dessa definição, à data desta investigação, a DGRM e a Marinha são as únicas entidades a contribuir para a partilha de informação, partilhando, no caso da

¹⁵ Sistema nacional operado pela GNR.

¹⁶ Sistema da responsabilidade da DGRM.

¹⁷ Informação disponibilizado pela AESM.



Marinha, os dados relativos à área da fiscalização da pesca e do combate à poluição marítima.

Por outro lado, verifica-se que a Marinha se encontra ligada ao NIPIM@R apenas num sentido, ou seja, apenas disponibiliza informação, mas não consegue aceder à informação de terceiros. Para que seja possível a comunicação nos dois sentidos, será necessário realizar mais investimentos (recursos financeiros e materiais) por forma a adaptar ou alterar esses sistemas.

Com o desenvolvimento do presente capítulo, considera-se respondida à QD 2: Como se caracteriza o projeto de partilha de informação NIPIM@R e a participação da Marinha?



4. Análise do contributo da Marinha para o NIPIM@R e para o EUCISE

Do capítulo anterior, verificou-se que apenas duas entidades possuem uma posição ativa no projeto NIPIM@R: a DGRM e a Marinha. Tendo em consideração os princípios orientadores do projeto nacional NIPIM@R, que se encontram alinhados com os objetivos da UE para o EUCISE 2020, importa agora verificar se os dados que a Marinha partilha com a comunidade de utilizadores é concorrente com a tónica do projeto nacional e europeu e, se, entre a informação que esta entidade produz, existe mais alguma que possa circular nas sete comunidades de utilizadores do CISE e que vá ao encontro dos serviços previstos. Assim, recorrendo à ferramenta de análise SWOT, irá ser feita uma análise relativa ao ambiente interno (forças e fraquezas) e outra ao ambiente externo (oportunidades e ameaças).

A nível nacional, tendo em consideração os objetivos do projeto NIPIM@R, interessa analisar a participação das entidades envolvidas no sentido de verificar se essa participação está a ser efetiva e a contribuir para uma VMI robusta. Por outro lado, ao nível da UE, interessa verificar se o contributo de Portugal vai ao encontro ao objetivo da UE.

Contudo, deve ter-se presente que o Conhecimento Situacional Marítimo é um conjunto complexo e heterogéneo de pessoas, tecnologias e processos em permanente mutação, onde a realidade se altera diariamente, surgindo atores e novos desafios, e sendo a evolução tecnológica contínua e cada vez mais célere. Para que o sucesso seja garantido é necessário uma liderança forte, clara e determinada, por forma a atingir os “objetivos definidos nesta área, muito dependente dos recursos humanos, materiais e financeiros requeridos para assegurar a evolução e sustentação desta capacidade” (Veloso, 2015, p. 756).

4.1. Análise da participação no NIPIM@R

Analizando o resultado do projeto 501, onde cada entidade identificou as suas fontes cuja informação é passível de ser partilhada no contexto da partilha de informação relativa ao panorama situacional marítimo, verifica-se que existem entidades que ainda não disponibilizam essa informação pré-identificada (DGPM, 2017). Para além disso, constata-se que a informação que é disponibilizada não possui classificação de segurança e é considerada como de “fonte aberta”, ou seja, passível de ser consultada igualmente numa fonte na internet (C. Talhadas, entrevista presencial, 11 de abril de 2019).

Por outro lado, e tendo em conta os resultados dos projetos 501 e 602, onde os requisitos tecnológicos do sistema e das capacidades tecnológicas das diferentes entidades envolvidas foram identificados e desenvolvidos respetivamente, era expectável que



houvesse mais partilha de informação entre as entidades que constituem o consórcio nacional do CISE europeu.

No que à temática da proteção de dados diz respeito, o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, prevê que a informação relativa à Defesa e Segurança não necessita cumprir todas as condicionantes do regulamento, podendo considerar-se a aplicabilidade do RGPD no que respeita à salvaguarda dos dados e da informação (C. Carvalho, *op. cit.*). Contudo, a conclusão do projeto 703 da DGRM poderá trazer desenvolvimentos nesta questão, ao estabelecer os critérios necessários para garantir a segurança da informação. Assim, embora ainda não se encontre implementado um quadro legal para a regulamentação específica para a partilha de dados entre os participantes do sistema, os desenvolvimentos a curto prazo poderão trazer algumas soluções.

Noutra perspetiva, tendo em consideração a natureza e sensibilidade própria dos dados e informação que cada entidade possui, deverá ser aplicado o princípio da necessidade de conhecer, garantindo, assim, que a informação certa seja disponibilizada à entidade que dela necessita, sem comprometer a proteção dos dados. A nível nacional, essa matriz deverá ser criada tendo em conta as missões e atribuições de cada entidade, por forma a permitir uma maior eficácia e eficiência na utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros.

O próprio CUE, no seu relatório relativo à avaliação de 2017 a Portugal sobre a aplicação do acervo de Schengen, no domínio da gestão das fronteiras externas (CUE, 2018), recomenda, no seu ponto 11 (Anexo B), que Portugal deverá estabelecer um procedimento claro de cooperação e coordenação na troca de informações entre o SIVCC da GNR e o COMAR da Marinha e a AMN para melhorar a consciência situacional e a capacidade de resposta. Essa coordenação encontra-se a ser trabalhada entre estas entidades, existindo já um grupo de trabalho edificado no sentido de aplicar as recomendações identificadas. (A. Reis, *op. cit.*).

Verifica-se, assim, que o projeto nacional se encontra funcional, embora com algumas limitações, onde é já possível proceder à disponibilização de informação às entidades que constituem a rede de partilha NIPIM@R. No entanto, uma vez que apenas duas entidades se encontram ativas na partilha de informação, existe, ainda a necessidade de reforçar a participação das entidades nessa partilha, assim como, melhorar a coordenação entre elas. Numa outra vertente, torna-se necessário regulamentar a troca de informação, definindo efetivamente quem deve ter acesso à informação e a que tipo, passando de uma base de



voluntariado para uma de cariz obrigatório, por forma a atingir uma verdadeira otimização de recursos.

4.2. Análise da participação portuguesa no EUCISE2020

Tendo em consideração as sete comunidades utilizadoras (figura 3), os serviços disponibilizados pelo CISE (Anexo A) e as Funções de Monitorização e suporte do CISE (Apêndice A), verifica-se que a informação partilhada por Portugal, assenta basicamente na partilha de informação relativa a duas das sete comunidades utilizadoras do CISE, nomeadamente, as comunidades relacionadas com o Controlo da Pesca e com a do Ambiente Marítimo. Tendo ainda em atenção o ponto de situação relativo à circulação de informação durante a fase da operacionalização do EUCISE 2020, verifica-se que esta partilha alimentou a terceira e quarta áreas, com mais circulação de informação no sistema.

Pode-se considerar que a partilha realizada até ao momento por Portugal, nomeadamente pela Marinha, enquadra-se no conceito do CISE e contribui para o objetivo da UE relativo à VMI.

A análise da matriz dos serviços do CISE (Anexo A), permite identificar algumas áreas onde a Marinha ainda pode contribuir para uma VMI europeia mais consolidada.

4.3. Contributo da Marinha

Para analisar o possível contributo da Marinha para o CISE, importa verificar dois aspetos: primeiro, quais as fontes de dados disponíveis na Marinha que se enquadram no âmbito dos serviços do CISE e das comunidades utilizadoras do mesmo; segundo, se existe informação em formato não digital na posse da Marinha e que se enquadre igualmente no mesmo âmbito.

O quadro 2 permite comparar as fontes de dados da Marinha, constantes no apêndice B, com os serviços do CISE e das comunidades utilizadoras do mesmo. Assim, é possível identificar quais os sistemas que possuem informação que se enquadra nos serviços do CISE para uma partilha futura.

**Quadro 2 - Correlação de Dados da Marinha com os serviços do CISE**

Dados existentes na Marinha	Observações	Serviço CISE correspondente
AIS – Continente	<i>Automatic Identification System (AIS)</i>	Já partilhado
WAIS	Módulo AIS militar, fornece a posição dos navios da Marinha	Serviço 5 (Meios de Intervenção)
NAVTEX	Sistema de receção de mensagens de aviso à navegação	Não se enquadra
<i>Digital Selective Calling</i> em VHF/MF	Sistema de chamada digital entre navios	Não se enquadra
METOC	Agitação Marítima, Previsão Meteo e Calculo de Deriva	Não se enquadra
Sistema Integrado de Informação da Autoridade Marítima (SIAM)	Tem como objetivo absorver e integrar os diversos sistemas de informação dispersos e em exploração nos diversos órgãos da Autoridade Marítima. Vai permitir a futura integração de diversos sistemas e áreas, de forma modular.	Poderá ter informação adequada depois de operacional
Módulo de Gestão de Meios (MGM)	Aplicação que permite o acompanhamento próximo do estado/prontidão, ações de manutenção e respetivos custos, referentes aos meios operacionais náuticos da DGAM	Não se enquadra
Costa Segura	Sistema de monitorização marítima que tem por objetivo a obtenção do conhecimento situacional das zonas costeiras e litorais sob jurisdição das Capitânias e que permite promover a segurança da navegação; suportar ações de busca e salvamento; apoiar ações de combate à poluição; e pode ainda monitorizar a navegação contribuindo assim, para a detenção de atividades ilícitas no mar	Não se enquadra

Deste modo, verifica-se a existência de dois sistemas que poderão fornecer informação relevante ao CISE. Contudo, tendo em consideração que esses dados relativos ao posicionamento dos meios navais são de carácter classificado, obriga a que a sua divulgação seja restrita e realizada num circuito classificado.

Por outro lado, analisando a matriz do CISE, recorrendo ao conhecimento dos elementos das entidades envolvidas (Marinha e Autoridade Marítima), é possível identificar as seguintes áreas de possível partilha de informação:

Quadro 3 - Quadro comparativo Serviço CISE e Dados da Marinha

Serviço CISE	Entidade Responsável	Observações
2. Vessel details service	Marinha	Disponível no OVERSEE
3. Vessel voyage service	Marinha	Disponível no OVERSEE
4. Crew list servisse	AMN em complemento com as restantes entidades nacionais	Disponível nos Comandos locais da Polícia Marítima
5. Intervention asset service	Marinha	Disponível no OVERSEE
6. Incident / event notification (alert) service	Marinha e AMN	Disponível nos Comandos locais da Polícia Marítima e no MRCC
7. Risk information service	Marinha e AMN, em complemento com as restantes entidades nacionais.	Disponível nos Comandos locais da Polícia Marítima e OVERSEE
8. Cargo service	Marinha e AMN	Disponível no OVERSEE e Costa Segura
9. Vessel location service	Marinha e AMN	Disponível no COMAR e Serviço de Poluição da AMN
10. Incident history service	Nada a referir	
11. Registry of Authorities (Query)	Nada a referir	





No quadro 3, verifica-se que existe, em quase todos os serviços, informação que poderá ter utilidade para as sete comunidades da CISE. Este levantamento foi realizado de uma forma simples, apenas recorrendo ao cruzamento da identificação do tipo de informação disponível. Por forma a validar se essa informação pode ser efetivamente disponibilizada na rede europeia, terá de ser realizado um estudo mais aprofundado analisando quer os aspetos técnicos quer legais, passando também pela segurança da informação.

4.4. Avaliação da Contribuição de Portugal

Para responder à QC, e atingir o OG da presente investigação importa agora fazer uma avaliação da contribuição da Marinha, como uma participação de Portugal para uma VMI no contexto europeu. Para isso, aplicou-se a ferramenta da análise SWOT, analisando as forças e fraquezas que Portugal possui no âmbito da partilha de informação – onde a Marinha se insere – e identificando as oportunidades e ameaças que o meio externo apresenta, nomeadamente no contexto europeu.

Assim, construiu-se a matriz SWOT (quadro 4) por forma a realizar o levantamento dos principais aspetos.

Quadro 4 - Matriz SWOT relativa à rede de partilha de informação no âmbito da VMI

		
	Forças	Fraquezas
Nível Interno (Portugal)	FO1 - Entidades possuem sistemas relativos à VMI; FO2 - Existência de uma rede nacional de partilha funcional; FO3 - Conhecimento técnico.	F1 - Falta de coordenação entre entidades; F2 - Não partilha de informação relevante a terceiros; F3 - Tecnologia dispendiosa; F4 - Ausência de normativo regulador da partilha de informação.
	Oportunidades	Ameaças
Nível Externo (Europa)	O1 - Fundos europeus de financiamento; O2 - Alargamento para uma rede classificada, aumentando a relevância da informação; O3 - Implementação da norma ISO 27001:2013.	A1 - Ataques de <i>hackers</i> informáticos.

Assim, e analisando a matriz, verifica-se que Portugal possui algumas fraquezas que podem ser colmatadas através do aproveitamento das oportunidades que o ambiente externo apresenta, minimizando, ao mesmo tempo, as consequências da ação das ameaças (quadro 5).



Quadro 5 - Análise SWOT

Fraquezas/Ameaças	Forças/Oportunidades
F1 - Falta de coordenação entre entidades; F2 - Não partilha de informação relevante a terceiros; A1 - Ataques de <i>hackers</i> informáticos.	O2 - Alargamento para uma rede classificada, aumentando a relevância da informação; FO1 - Entidades possuem sistemas relativos à VMI; FO2 - Existência de uma rede nacional de partilha funcional.
F3 - Tecnologia dispendiosa.	O1 - Fundos europeus de financiamento; FO3 - Conhecimentos técnicos próprios.
F4 - Ausência de normativo regulador da partilha de informação.	O3 - Implementação da norma ISO 27001:2013.

No que respeita à análise da postura de Portugal na rede de partilha europeia, verifica-se que as fraquezas e ameaças identificadas poderão ser minimizadas. Tendo em consideração que existe já uma rede nacional de partilha funcional e que as entidades possuem já sistemas relativos à VMI, a implementação de uma rede classificada poderá trazer o incentivo necessário para as restantes entidades entrarem em força no sistema nacional e trazer igualmente alguma segurança contra ameaças de *hackers*. Esta mudança de postura por parte das entidades é essencial e fundamental para a criação de um conhecimento situacional marítimo robusto, tornando-se necessária a verdadeira cooperação entre entidades com responsabilidade neste domínio.

Uma vez que a tecnologia associada ao desenvolvimento e sustentação dos sistemas é dispendiosa, Portugal poderá recorrer internamente ao conhecimento técnico dos seus peritos e externamente aos fundos europeus de financiamento para o efeito existentes. A sua obtenção exige que, atempadamente, sejam tomadas as providências adequadas por forma a conseguir programar os investimentos necessários para cada entidade em sede de orçamento.

Por fim, a ausência de um normativo regulador da partilha de informação poderá ser colmatada com a implementação da norma ISO 27001:2013. Tendo em consideração a data final prevista da IOC do sistema EUCISE 2020, esse normativo deverá estar implementado até 2021, por forma a que a nível nacional, a partilha de informação seja mais “transparente” e substancial.

4.5. Síntese Conclusiva

Os projetos EUCISE 2020 e NIPIM@R encontram-se em fase de desenvolvimento, e embora, não tendo atingido ainda a sua FOC verifica-se já a existência de alguma partilha de informação.

Noutra perspetiva, e sem prejuízo do RGPD, identificou-se a necessidade da criação de um normativo que regule a troca de informação, garantindo assim a aplicabilidade do



princípio da necessidade de conhecer. Esse normativo poderá surgir com a conclusão do projeto 703 da DGRM em fase de desenvolvimento e conclusão prevista até ao final de 2019.

Relativamente ao futuro, identificou-se que a Marinha e a AMN possuem informação que poderá ser disponibilizada na rede de partilha, contribuindo para uma VMI europeia mais robusta, mas que carece de estudos mais aprofundados por forma a analisar se em termos de segurança e em termos tecnológicos essa partilha é possível.

No que respeita à análise da postura de Portugal na rede de partilha europeia, verifica-se que as fraquezas e ameaças identificadas poderão ser minimizadas, nomeadamente através da implementação de uma rede classificada, alteração dos sistemas através dos fundos europeus de financiamento e recurso do conhecimento técnico dos seus peritos, assim como com a implementação da norma ISO 27001:2013.

Em termos de desenvolvimento dessas ações, o timing é essencial, sendo necessário a sincronização dos processos financeiros nacionais com os europeus e, no que respeita à implementação de normativo, este deverá ser feito até ao estabelecimento da IOC do EUCISE 2020.

Com o desenvolvimento do presente capítulo, considera-se respondida à QD 3: Qual a contribuição, atual e futura, da Marinha e da AMN no NIPIM@R e no CISE?



Conclusões

A UE possui responsabilidades numa vasta área marítima, onde cada país utiliza as suas capacidades para manter uma vigilância marítima. Por forma a otimizar os recursos, e reconhecendo a importância da rápida globalização e da problemática das alterações climáticas, a CCE propôs, em 2007, uma PMI para a UE, que identifica a necessidade de um reforço de cooperação e de uma coordenação efetiva de todas as políticas relacionadas com os mares aos diferentes níveis de decisão. Mais tarde, em 2014, CUE emanou a ESME, onde identificou cinco domínios principais de implementação, entre os quais, a “*vigilância e partilha de informação*”. Nestes domínios, a CUE considerou que o acesso a informações oportunas e precisas é crucial para o estabelecimento de um quadro comum de consciencialização marítima. Assim, a partilha de informação relativa à vigilância marítima, coletada por uma autoridade civil ou militar marítima, permite atingir um quadro marítimo comum validado, contribuindo para o uso mais coordenado dos sistemas espaciais disponíveis e das tecnologias de deteção remota, das suas aplicações e dos seus serviços derivados. Esse é o verdadeiro objetivo do desenvolvimento da CISE.

Desde 2009 que as estruturas governamentais europeias vêm implementando iniciativas relacionadas com a partilha de informação no contexto da VMI, permitindo, primeiramente, a criação das ligações entre os estados membros, seguida do estabelecimento de uma linguagem comum e a confirmação da possibilidade de troca de dados, através dos projetos BlueMassMed, CoopP e ultimamente pelo CISE Incubator. Estes projetos foram um meio muito importante para a implementação do modelo de informação CISE. Decorrente dos conhecimentos e experiências adquiridas na condução desses projetos, nasceu o projeto EUCISE 2020 com a finalidade de testar a capacidade de troca de informação entre as diversas entidades dos estados membros da UE com responsabilidades no domínio da vigilância marítima.

Este estudo incidiu, precisamente, sobre o projeto de partilha de informação relacionada com a vigilância marítima da UE: o projeto EUCISE 2020 que, na vertente nacional, se materializa no projeto NIPIM@R, e de que forma é que a Marinha e a AMN, contribuem para a VMI da UE e, complementarmente, se existem outras informações recolhidas pela Marinha e AMN cuja relevância seja significativa para ser partilhada no CISE.

O estudo foi delimitado no tempo e no espaço, incidindo no período entre 2009, aquando do início do primeiro projeto de partilha de informação no âmbito da segurança marítima da UE, projetando-se até ao final de 2021, e geograficamente centrado nas Zonas Marítimas sob Soberania e ou Jurisdição Portuguesa. Devido àquelas limitações (tempo e



espaço), não foram alvo deste estudo a recolha de informação no espaço físico decorrente da extensão da plataforma continental uma vez que este processo ainda não se encontra formalmente aprovado na ONU, assim como não foram também analisados os custos associados a todo o processo de implementação dos projetos nem as questões técnicas associadas ao processo de partilha de informação.

Para orientar a investigação, definiu-se como OG a avaliação da possível contribuição da Marinha e da AMN, como uma participação de Portugal para a segurança marítima da UE até 2021, associado à seguinte QC: “Qual a possível contribuição da Marinha e da AMN, como uma participação de Portugal, para a segurança marítima da UE até 2021?”

Servindo de guia para a investigação em curso, definiram-se três OE e formularam-se três QD, que foram respondidos nos três capítulos anteriores.

No segundo capítulo, foi concluído que o projeto EUCISE 2020 é um sistema de partilha de informação relativa à vigilância marítima nas áreas de interesse da UE, embora esteja apenas implementado numa rede EU UNCLASS, encontrando-se previsto um segmento para matéria classificada.

No que respeita ao percurso futuro, o sistema esteve em fase de demonstração e validação até 31 de março de 2019, sendo que irá passar para a fase de operacionalização até dezembro de 2021, não sendo possível, ainda, estabelecer uma FOC. Relativamente à organização da informação, o sistema contempla sete áreas de partilha de informação, sendo que, as mais ativas na fase de demonstração, foram as áreas relativas à *safety* e *security* marítima, prevenção da poluição e defesa.

Tendo em conta o ponto de situação do projeto, a AESM irá assumir um papel de coordenação da próxima fase até 2021.

Noutro aspeto, identificou-se a necessidade da criação de um normativo legal que regule a partilha de informação, garantindo, assim, a proteção de dados das entidades que participam na partilha de informação. Desta forma, atingiu-se o OE 1 (Descrever o projeto de partilha de informação EUCISE) e respondeu-se à QD 1 (Como se caracteriza o projeto de partilha de informação EUCISE?).

Posteriormente, no terceiro capítulo concluiu-se que o projeto NIPIM@R, coordenado pela DGPM, é constituído por 11 parceiros nacionais e materializa-se como o nó nacional do projeto EUCISE 2020, para partilha de informação sobre vigilância marítima europeia. Para a sua implementação, foi necessária a realização de três projetos nacionais de desenvolvimento, dos quais um ainda se encontra em curso. Esse, respeitante às questões



associadas à segurança da partilha de informação, tem data prevista de conclusão para o final de 2019.

Das 11 entidades participantes, encontra-se definido que seis sejam entidades ativas e as restantes passivas na partilha de informação. Apesar dessa definição, à data desta investigação, a DGRM e a Marinha são as únicas entidades a contribuir para a partilha de informação, partilhando, no caso da Marinha, os dados relativos à área da fiscalização da pesca e do combate à poluição marítima.

No quarto e último capítulo, respondeu-se à QD 3 (Qual a contribuição, atual e futura, da Marinha e da AMN no NIPIM@R e no EUCISE?), atingindo o OE 3 (analisar os contributos, atuais e futuros, da Marinha e da AMN, no NIPIM@R e no EUCISE.). Concluiu-se que os projetos EUCISE 2020 e NIPIM@R não se encontram ainda na sua FOC, e que a partilha que ocorre na rede, no caso da Marinha, é apenas num sentido, não sendo possível a consulta da informação de terceiros. Para que tal ocorra torna-se necessário adaptar ou alterar os sistemas existentes, e isso carece de financiamento.

Da análise realizada, a Marinha e a AMN possuem capacidade de incrementar a sua participação na VMI, nomeadamente com a informação disponível no sistema OVERSEE e na informação disponível nos comandos locais das capitánias. Contudo, essa participação carece de estudos mais detalhados, no sentido de verificar se os requisitos de segurança da rede são os adequados e se as modificações tecnológicas necessárias são exequíveis.

Por outro lado, e olhando mais para o ambiente interno, verifica-se que a partilha de informação ao nível nacional ainda está longe do desejado, identificando-se alguma falta de coordenação entre entidades, a necessidade de investimento em tecnologia, a falta de um normativo e também a falta de compromisso das entidades.

Tendo em consideração que os dois sistemas ainda não se encontram na sua FOC, torna-se necessário desenvolver esforços para atingir uma VMI robusta, onde as entidades identificadas participem, ativamente, na partilha de informação.

Noutra perspetiva, e sem prejuízo do RGPD, conclui-se que é necessária a criação de um normativo que regule a troca de informação, por forma a garantir a aplicabilidade do princípio da necessidade de conhecer. Esse desenvolvimento poderá vir da conclusão do projeto 703 da DGPM.

Relativamente ao futuro, identificou-se que a Marinha e a AMN possuem informação que poderá ser disponibilizada na rede de partilha, contribuindo para uma VMI europeia mais robusta.



Atingidos os objetivos específicos e respondidas as questões derivadas, é possível, agora responder à QC: Qual a possível contribuição da Marinha e da AMN, como uma participação de Portugal, para a segurança marítima da UE até 2021?

Para avaliar o contributo na partilha de informação, recorreu-se à ferramenta de análise SWOT onde se analisou ao nível de Portugal, os pontos fortes e fracos, e, ao nível europeu, as oportunidades e as ameaças. Dessa análise verifica-se que as fraquezas e ameaças identificadas poderão ser minimizadas, nomeadamente através da implementação de uma rede classificada, alteração dos sistemas através dos fundos europeus de financiamento e recurso ao conhecimento técnico dos seus peritos, assim como a implementação da norma ISO 27001:2013.

Para que essas medidas tenham o sucesso desejado, é necessário que os processos financeiros nacionais estejam em perfeita sintonia e sincronismo com os europeus, para que seja possível o reforço do orçamento nacional com as verbas europeias.

Por outro lado, e no que respeita à implementação de normativo, este deverá ser implementado até ao estabelecimento da IOC do EUCISE 2020, para que a partilha de informação seja efetiva, perdendo o carácter voluntário para um obrigatório.



Figura 8 – Principais ações a desenvolver até dezembro de 2021

Conclui-se, assim, que para atingir uma VMI europeia robusta, é necessário que primeiro os países desenvolvam a sua própria VMI nacional, e que, face aos recursos cada vez mais escassos, a colaboração entre todas entidades é fundamental. Observando o caso particular de Portugal, verifica-se que a rede de partilha implementada (NIPIM@R) carece



ainda de maturação, uma vez que ainda existe pouca partilha de informação entre as entidades. Essa lacuna deve-se a vários fatores, nomeadamente, à falta de financiamento para a realização de modificações aos sistemas existentes e, também, falta de coordenação entre elas. Por outro lado, a falta de normativo que regule a partilha de informação poderá também contribuir para esta falha. No caso da Marinha, ficou demonstrado que existe mais informação passível de ser partilhada, pelo que será necessário e conveniente a realização de estudos mais detalhados para analisar as questões relativas à segurança e às opções técnicas para permitir a sua inclusão na rede de partilha.

O Governo Português embebido do espírito de cooperação e partilha de conhecimento, tem dado seguimento internamente às determinações europeias nesta área através de diversa legislação identificada ao longo deste trabalho, pelo que resta agora que as diversas entidades nacionais sigam o mesmo entendimento para reforço do papel de Portugal como um parceiro ativo e focado no seio da UE nas questões associadas à vigilância marítima.



Bibliografia

- APCER. (s.d.). *ISO/IEC 27001 - Sistema de Gestão da Segurança da Informação* [Página online]. Obtido em 2 de abril de 2019, de <https://www.apcergroup.com/pt/certificacao/pesquisa-de-normas/187/iso-iec-27001>
- Augusto, R. d. (2017). WP6 Meetings - Node Services and Capability Presentation. *EUCISE 2020*. Simpósio organizado pela DGMARE, Lisboa.
- Borges, L. (12 de outubro de 2013). *Como Desenvolver uma Matriz ou Análise SWOT (FOFA)* [Página online]. Obtido em 27 de abril de 2019, de <https://blog.luz.vc/o-que-e/como-desenvolver-uma-matriz-ou-analise-swot-fofa/>
- Carvalho, C. (9 de janeiro de 2012). *A Diferença entre Safety e Security* [Página online]. Obtido em 17 de fevereiro de 2019, de <http://www.segurancaportuariaemfoco.com.br/2012/01/safety-x-security.html>
- Cavaleiro, V. (2018). *A Segurança Marítima na União Europeia, contributos de Portugal*. Lisboa: IUM. Obtido em 18 de março de 2019, de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24286/1/TIFC_1TEN%20M%20Camp%20os%20Cavaleiro.pdf
- CCE. (2007). *Uma política marítima integrada para a União Europeia*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- CE. (2010). *Integrating Maritime Surveillance (CISE)*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- CE. (25 de novembro de 2016). *CISE services description* [Página online]. Obtido em 10 de dezembro de 2018, de Integrating Maritime Surveillance (CISE): <https://webgate.ec.europa.eu/maritimeforum/system/files/CISE%20services%20description.pdf>
- CE. (2018, 11 03). *European Commission - Maritime Security Strategy* [Página online]. Retrieved outubro 30, 2018, from European Commission - Maritime Affairs: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/maritime-security_en
- CE. (s.d.). *Integrated maritime policy* [Página online]. Obtido em 30 de outubro de 2018, de European Commission: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy_en
- CE. (s.d.). *Vigilância marítima integrada* [Página online]. Obtido em 10 de novembro de 2018, de Comissão Europeia - Assuntos marítimos: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/integrated_maritime_surveillance_pt
- CUE. (2014). *European Union Maritime Security Strategy*. Brussels: Conselho da União Europeia.



- CUE. (2018). *Interinstitutional File: 2018/0054 (NLE)*. Bruxelas: CUE.
- Damanaki, M. (2010). *Integrating Maritime Surveillance*. Obtido em 20 de janeiro de 2019, de European Commission - Directorate-General for Maritime Affairs and Fisheries: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/sites/maritimeaffairs/files/docs/body/integrating_maritime_surveillance_en.pdf
- DGMARE. (2017). *18th meeting of the Member State Expert Sub-Group on Maritime Security and Surveillance*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- DGPM. (2016 a). *Desenvolvimento do EU Common Information Sharing Environment (CISE) em Portugal [Página online]*. Lisboa: Direção Geral de Política do Mar. Obtido em 20 de janeiro de 2019, de https://docentes.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/joc_MA_28000.pdf
- DGPM. (2016 b). *Ficha de Projeto: Sistema de Gestão de Segurança da Informação*. Lisboa: DGPM.
- DGPM. (2017). *Diagnóstico do Estado da Arte da Partilha de Informação*. Lisboa: DGPM.
- DGPM. (24 de maio de 2018). Projeto EUCISE. *Ofício nº 113 - DSP/2018*. Lisboa.
- DGPM. (2019). *Projetos [Página online]*. Obtido em 14 de abril de 2019, de Direção-Geral de Política do Mar: <https://www.dgpm.mm.gov.pt/projetos>
- DGRM. (s.d.). *Zonas Marítimas sob Soberania e ou Jurisdição Portuguesa [Página online]*. Obtido em 27 de abril de 2019, de DGRM: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/am-ec-zonas-maritimas-sob-jurisdicao-ou-soberania-nacional>
- Dias, Á. L., Costa, J. L., & Varela, M. (2013). *Excelência Organizacional*. Lisboa: Bnomics.
- Economias. (6 de março de 2017). *Análise SWOT: o que é e para que serve? [Página online]*. Obtido em 18 de março de 2019, de <https://www.economias.pt/analise-swt-o-que-e-e-para-que-serve/>
- EMA. (29 de maio de 2012). *Conceito de Conhecimento Situacional Marítimo*. Lisboa: Marinha.
- EMA. (8 de novembro de 2018). *Fontes de Dados*. Lisboa: EMA.
- EUCISE 2020. (2015). *About CISE [Página online]*. Obtido em 18 de FEV de 2019, de EUCISE2020: <http://www.eucise2020.eu/about/>
- GABCEMA. (2018). *Directiva Estratégica da Marinha*. Lisboa: Marinha.
- Global Economic Symposium. (10 de novembro de 2018). *Realizing Global Maritime Surveillance [Página online]*. Obtido em 20 de janeiro de 2019, de <http://www.global-economic-symposium.org/knowledgebase/realizing-global-maritime-surveillance>



- IUM. (2016). *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação*. Predouços: Instituto Universitário Militar.
- Matarazzi, C. (março de 2019 a). Key results of EUCISE 2020. *EUCISE 2020*. Simpósio organizado pela DGMARE, Roma.
- Matarazzi, C. (março de 2019 b). Key Results of EUCISE2 020 - Final Conference. *EUCISE2 020*. Simpósio organizado pela DGMARE, Bruxelas.
- Portaria n.º 118-B/2016, de 29 de abril. (2016). *Regulamento do Regime de Apoio à Execução da Política Marítima Integrada no Domínio da Vigilância Marítima Integrada*. Diário da República, 1.ª série — N.º 83: Lisboa: Governo.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro. (2014). *Estratégia Nacional para o Mar*. Diário da Republica, 1.ª série — N.º 30: Lisboa: Presidência do Concelho de Ministros .
- Santos, A. R. (2008). Modelo SWOT de Pearce e Robinson. Em A. R. Santos, *Gestão Estratégica - Conceitos, modelos e instrumentos* (pp. 210-212). Lisboa: Escolar Editora.
- Santos, L. B., & Lima, J. V. (2016). *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação* (janeiro 2016 ed.). Lisboa: IESM.
- TED. (12 de março de 2019). *Legal Services for the Transitional Phase of the Common Information Sharing Environment (CISE) Project [Página online]*. Lisboa: Tenders Electronic Daily - Supplement to the Official Journal. Obtido em 17 de março de 2019, de <https://ted.europa.eu/TED/notice/udl?uri=TED:NOTICE:113780-2019:TEXT:EN:HTML>
- Veloso, R. (julho-dezembro de 2015). A partilha de Dados no Mar. *Anais do Clube Militar Naval, Vol. CXLV*, pp. p. 737-758.
- Wheelen, T. L., & Hunger, J. D. (2012). *Strategic Management and Business Policy*. New Jersey - USA: Pearson.



Anexo A — Descrição dos Serviços do CISE

Quadro 6 - Descrição dos Serviços CISE¹⁸

Service	Description	Possible scenario	Examples of exchanged information
1. Collaboration services	These services are composed of a chat and videoconferencing tools.	These tools could be used to improve coordination between authorities, by means of direct human contact, in case of exceptional events or when conducting joint operations. (e.g. management of SAR operation generated by the sinking of a merchant vessel in an area at the junction between several MS territorial waters/EEZ)	Real-time dialogue between operators across sectors and borders enabling coordination in concrete operational situations.
2. Vessel details service	This service enables the exchange of information (identification and main features) on any type of vessel (commercial, fishing, governmental, leisure...).	This service can be used each time the identity and other essential features of a vessel are required. For instance, when the vessel is implied in smuggling or in an accident/incident.	Identification and relevant features of: * Commercial vessels transiting the European waters * Fishing vessels from European flag and vessels related to fisheries * Commercial vessels not travelling in European waters * Governmental vessels * Leisure boats registers * Other information like the vessel safety plan, etc.
3. Vessel voyage service	This service enables the exchange of information related to the voyage of a vessel, like the port of departure, arrival, the route, etc.	This services could be used to collect these specific information each time a vessel is involved in an incident, or to assess the risks associated to this vessel, or to identify anomalies in its behaviour.	Voyage details of: * Commercial vessels with a port of departure or arrival in the EU * Fishing vessels from European flags * Commercial vessels of fishing vessels without a port of departure or arrival in the EU * Governmental vessels, etc.

¹⁸ Tabela não foi traduzida por forma a não perder o sentido na tradução.



4. Crew list service	This service enables the exchange of information concerning the crew and/or passengers on board of a vessel.	This information can be used for SAR but also when searching for person of interest on board of the vessel (for law enforcement, for instance) This information could also be collected usually e.g. to check if the crew complies with the minimum safety requirements; for tax or pension calculation; etc.	Concrete information concerning: * Number of persons on board * Crew list details (name and function of the persons) * Ship owner * etc.
5. Intervention asset service	This service allows to exchange information about the availability, the characteristics and (when possible) the position of the intervention assets managed by the different authorities.	This service is important for better cooperation during interventions at sea. It can be used, for instance, to facilitate the rapid identification of unknown vessels or during a SAR operation to better plan/perform joint search etc. It can be used also when the intervention requires an asset with specific characteristics (e.g., capable of flying at night, medical assistance on board, etc.)	Availability, characteristics (and position - AIS and radar) of: * Pollution response assets * SAR assets * Unmanned capabilities * Intervention assets capabilities * Surveillance capabilities * etc
6. Incident / event notification (alert) service	This service can be used to exchange automatic notifications/alerts, between authorities across sectors and borders, on incidents or events occurring at sea, in your area of responsibility.	Information on incidents and interventions is useful for each authority to be received in real time directly on its systems. E.g. When an inspection is carried on board of a vessel, to know beforehand that the vessel is suspected of trafficking (for instance) by another authority is of paramount importance.	Notification / alerts on: * SAR incidents * MAS incidents * infringements to traffic rules * insurance default * incidents related to illegal fishing * incidents related to border control * past incidents important to understand the history of a vessel * vessels suspected of terrorism, piracy, etc...)



7. Risk information service	This information is usually not public and consequently not properly distributed to competent authorities. This service enables to share in a trusted manner information on vessels of interest, or persons of interest. Most of this information already exist and can be public or of limited distribution. (e.g., Infringements repository, IUU list, Single hull tanker, Paris MoU banned list; but also lists of vessel suspected of smuggling, etc.) This service also enables the exchange of the results of risk analysis carried out by different authorities.	These information can be used by an authority or a community involved in SAR or in countering illegal immigration, etc. The risk-related information will help different authorities to improve their own maritime awareness on, for instance, risk zones or risk vessel profiles. Additional risk information related to a vessel could also allow different authorities to improve their own risk assessment on vessels of interest.	Information on: * single hull tankers list, * Paris MoU lists * IUU vessel lists * vessel of interest * person of interest * etc.
8. Cargo service	This service enables sharing the broad description of the cargo (not at the detail level of the Custom declarations, but with enough information to raise the interest of authorities involved in maritime surveillance) for vessels involved in an incident/accident and/or coming from ports outside the EU.	This service could be of interest for different authorities and mainly for those involved in SAR and pollution interventions as well as in emergency operations on board a vessel.	Information on: * Dangerous Cargo list * Customs declaration * Fish catch * Additional Cargo details * etc
9. Vessel location service	This service allows to receive additional useful information on the position of a vessel.	A Member State authority is looking for the real location of a suspect ship. This service can be used in an iterative way, polling several potential suppliers of this information.	The following information if available could be used for cross reference: * AIS and LRIT positions of commercial vessels * VMS position of fishing vessels * leisure boats location from AIS * radars location, passive sensors (on shore or on board of assets) * location information from patrolling boats/planes * etc.
10. Incident history service	The service facilitates the exchange of information regarding the history of incidents, accidents and inspections related to a specific vessel.	This information could be useful for different authorities involved in investigating a specific vessel or in assessing the risk associated to a vessel.	Information on: * Vessels involved in smuggling or trafficking in the past * Vessels involved in safety incident or accident * Vessels involved in pollution incidents * Exchange of specific investigation and intervention reports * etc.



11. Registry of Authorities (Query)	This service allows participants to easily find the operational contacts of any other authority performing maritime surveillance functions either for computer-to-computer connection or for operators' direct contact	This service could allow immediate contact between operational authorities in case of an emergency situation or when a direct inquiry is necessary.	It might include: * functions of the authority * email, telephone * condition under which the contact can be reached * area of responsibility * etc.
12. Distributed search	This is a function that could allow any of the above services to push and retrieve information in a suitable way in terms of speed, reliability and quality	N/A	N/A

Fonte: (CE, 2016)



Anexo B — Exerto do Relatório da CE relativa ao acervo Schengen a Portugal



Brussels, 14 May 2018
(OR.en)

8791/18

Interinstitutional File:
2018/0054 (NLE)

SCH-EVAL 101
FRONT 129
COMIX 243

OUTCOME OF PROCEEDINGS

From:	General Secretariat of the Council
To:	Delegations
No. prev. doc.:	8283/18
Subject:	Council Implementing Decision setting out a Recommendation on addressing the deficiencies identified in the 2017 evaluation of Portugal on the application of the Schengen acquis in the field of management of the external border

Delegations will find in the annex the Council Implementing Decision setting out a Recommendation addressing the deficiencies identified in the 2017 evaluation of Portugal on the application of the Schengen acquis in the field of management of the external border, adopted by the Council at its meeting held on 14 May 2018.

In line with Article 15(3) of Council Regulation (EU) No 1053/2013 of 7 October 2013, this Recommendation will be forwarded to the European Parliament and national Parliaments.

8791/18

DGD

EN/mak

1
EN

(...)



National quality control mechanism

9. further develop the national quality control system to regularly evaluate all components and elements of the national border management system by covering all relevant organisations and functions on a regular basis, conducting national evaluations with properly trained experts familiar with the Schengen requirements and evaluation methodology and by taking into account the results of the evaluations for the planning system;
10. establish the needed capacity to contribute to the vulnerability assessment in line with the European Border and Coast Guard Regulation and the Common Vulnerability Assessment Methodology established by the Management Board of the European Border and Coast Guard Agency; make full use of this information when developing the national quality control system;

Sea border surveillance

11. establish a clear cooperation and coordination procedure on the exchange of information between the Integrated Surveillance, Command and Control Centre of the GNR and the National Centre for Maritime Coordination COMAR of the Navy and the National Maritime Authority to improve the situational awareness and the response capacity;
12. ensure the use of a secured communication system (e.g. Tetra) between all relevant sea border surveillance authorities;
13. continue developing the technical surveillance system in the area of the autonomous regions of Madeira and the Azores to establish proper operational and tactical situational awareness, e.g. by considering the use of radar, sensors and cameras with night operation features and the possibility to record events and by implementing technical development projects allowing access to a common situational picture and maximal information exchange between all the relevant authorities;



Apêndice A — Funções de Monitorização e Suporte do CISE

Quadro 7 - Funções de Monitorização e Suporte do CISE

Comunidades Utilizadoras do CISE	Funções de Monitorização e Suporte do CISE
1. Safety Marítima (incluindo SAR), Security marítima e prevenção de poluição causada por navios	Monitorização do cumprimento dos regulamentos relativos à <i>safety</i> e prevenção da poluição causada por navios (construção, equipamento, tripulação / passageiros, carga); apoio de operações de imposição.
	Monitorização do cumprimento das regulamentações sobre a <i>safety</i> da navegação (<i>safety</i> do tráfego da embarcação); apoio de operações de imposição.
	Monitorização do cumprimento das regulamentações sobre <i>security</i> de navios; apoio de operações de imposição.
	Apoiar o fluxo seguro e eficiente de tráfego de embarcações; gestão de tráfego de embarcações.
	Alerta antecipado / identificação de navios / pessoas em perigo; suporte de resposta operações (busca e salvamento, salvamento, local de refúgio)
	Aviso prévio / identificação de ameaças à segurança marítima, no âmbito do do capítulo XI-2 da SOLAS; suporte de operações de resposta.
2. Controlo da pesca	Alerta antecipado / identificação de ameaças / atos de pirataria ou assalto à mão armada; suporte de operações de resposta.
	Monitorização do cumprimento dos regulamentos sobre pescas; apoio de operações de execução.
3. Resposta Poluição marinha; Meio Ambiente Marinho	Alerta precoce / identificação de pescas ilegais ou desembarques de pescado; suporte de operações de resposta.
	Monitorização da conformidade com os regulamentos relativos à protecção do meio marinho meio Ambiente; apoio de operações de execução
4. Alfândega	Alerta precoce / identificação de incidentes / acidentes que possam ter um impacto ambiental; apoio de operações de resposta à poluição
	Monitorização do cumprimento dos regulamentos alfandegários na importação, exportação e circulação de mercadorias; apoio de operações de execução
5. Controlo de fronteiras	Alerta precoce / identificação de tráfico criminoso de mercadorias (narcóticos, armas, etc.); suporte de operações de resposta
	Monitorização do cumprimento dos regulamentos sobre imigração e passagem de fronteira; apoio de operações de execução
6. Execução da Lei geral	Alerta antecipada / identificação de casos de migração ilegal ou tráfico de seres humanos seres; apoio de operações de resposta
	Monitorização do cumprimento da legislação aplicável em áreas marítimas, onde existe competência de policiamento e apoio a operações de execução e / ou resposta
7. Defesa	Monitorização em apoio a tarefas gerais de defesa, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Exercer a soberania nacional no mar; • Combater o terrorismo e outras actividades hostis fora da UE; • Outras tarefas da Política Comum de Segurança e Defesa, conforme definido nos artigos 42.º e 43.º do TUE.

Fonte: adaptado de (CE, 2010)

**Apêndice B — Fontes de dados da Marinha****Quadro 8 - Fontes de dados da Marinha**

Sistema	Componentes	COSMOS	Oversee	Obs	Origem
AIS	MSSIS	SIM	SIM	Passar de WS para socket	US Department of Transportation's Volpe Center
	AIS-Continente	SIM	SIM	socket	MP
	AIS-Açores	SIM	SIM	socket	MACAIS – Rede de estações AIS Costeiras da Macaronésia
	AIS-Madeira	SIM	SIM	socket	APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira
	WAIS	NÃO	NÃO	Indisponível por questões de segurança (Requer adquirir tecnologia)	MP
	SATAIS	SIM	SIM		EMSA

GMDSS	NAVTEX	SIM	NÃO	Em curso. 3 serviços (estado dos sites; receber msg; enviar msg)	MP
	Cospas SARSAT	SIM	SIM	Alertas georreferenciados sem intervenção humana	IMO
	DSC (VHF Continente)	NÃO	NÃO	NIPIM@R ou ação paralela	DGRM
	DSC (VHF/MF Ilhas e MF Continente)	NÃO	NÃO	Em Curso (DEZ 2015)	MP
METOC	Agitação Marítima	SIM	SIM		IH
	Previsão Meteo	SIM	SIM		IH
	Calculo de Deriva	NÃO	SIM		IH
AMN	SIIAM	SIM	NÃO	Em curso (DGAM manifestou necessidade de formalizar)	DGAM
	MGM	NÃO	NÃO		DGAM
	Costa Segura	SIM (Video, Radar)	SIM (Video)	Em curso instalação de sistema pela AMN. Fontes: RADAR, AIS, Video Integração em 2018	DGAM



VMS	MONICAP	SIM	SIM	Via eMail processado automaticamente (12 x por dia)	DGRM
VRMTC	Transmissão	SIM	N/A	Envio de AIS - Frequência de 10 minutos	MP
	Receção	NÃO	NÃO	Dificuldade em aceder via TMG	Comunidade VRMTC (Itália)
Lloyds	BD Navios	NÃO	NÃO	1. Abordagem Inicial: Rascunho de ET efetuado com 3 serviços. Custo de 50.000 € /ano 2. Abordagem CSW: custo TBD	
SIVICC	Dados Radar	NÃO	NÃO	GNR recusou categoricamente fornecer dados à Marinha. Preconiza uma solução de oficial de ligação	GNR
ImdatE	LRIT	NÃO	NÃO	Em legitimação (Ofício do COMAR)	DGRM
Nipim@r	DSC (A1 cont.)	NÃO	NÃO	Aguarda decisão política	DGRM
	BDNNM	NÃO	NÃO	Aguarda decisão política	DGRM
	VTs	NÃO	NÃO	Aguarda decisão política	DGRM
	MONICAP	NÃO	NÃO	Via Webservice	
MARSUR	Diversos	SIM	NÃO	Aguarda decisão política.Partilha de WP, Voip, email, Notif., Video	Comunidade MARSUR

Fonte: Adaptado de EMA (2018)

**Apêndice C — Resumo das Entrevistas****Quadro 9 - Entrevistas realizadas**

Nr	Nome	Posto/Função	Dia
1	CFR EN-AEL Ferreira Rodrigues	Antigo WP6 Leader & Technical Director to EUCISE 2020	22MAR19
2	CFR Caldeira de Carvalho	Estado-Maior da Armada - Divisão de Operações	02ABR19
3	TCOR João Eufrásio	Secção de Operações, Informações e Relações Públicas	10ABR19
4	SUB-Chefe Alexandre Talhadas	Perito representante da AMN para o projeto EUCISE2020 e o representante da PM para o projeto NIPIM@R	11ABR19
5	CTEN M Alface dos Reis	Adjunto do Gestor do COMAR	16ABR19
6	CTEN EN-AEL Santos Veloso	Chefe da Secção de Desenvolvimento de Sistemas de <i>Software</i> da Marinha	03MAI19
7	Dra. Paula Madeira	Chefe Div. Programação e Acompanhamento da DGPM	09MAI19

Quadro 10 – Resumo das Entrevistas Realizadas

NR 1	Pergunta	Excerto das respostas
1.1	Qual o ponto de situação relativamente ao projeto, nomeadamente, fita de tempo para a FOC e entidade que ficará responsável pelo CISE.	O projeto EUCISE2020 está na fase de demonstração e validação operacional, com conclusão prevista para 31MAR (a final conference está marcada para 27MAR em Bruxelas). O roadmap EUCISE continuará a ser prosseguido, estando previsto que todo o legado até agora desenvolvido e edificado inicie uma fase de transição até à IOC (prevista a partir de 2021), não havendo uma FOC estabelecida ainda. O sistema desenvolvido está instalado em 9 países e é constituído por 12 nós EUCISE2020 (dois dos quais, são usados para divulgação e investigação). A EMSA irá assumir um papel de coordenação da próxima fase, competindo a Gestão/ Governação e a Estratégia a um Stakeholders Group e à CE, respetivamente. (na prática os países ficam responsáveis pela manutenção e sustentação do sistema, sendo a EMSA responsável pelas tarefas de rotina administrativas, financeiras/contratação e de secretariado do grupo).
1.2	Qual a classificação de segurança do sistema? existe alguma "camada" com informação classificada?	O projeto EUCISE2020 pretendia desenvolver e edificar um sistema EU UNCLASS e um sistema EU Restricted (necessariamente em infraestruturas separadas). Embora tenha sido desenvolvido e estudado o sistema Classificado, ele não foi edificado por falta de tempo e de parceiros interessados em participar na demonstração (por questões de segurança, claro). Na prática, o sistema classificado será idêntico ao outro, mas será implementado sobre uma rede segura para partilhar informação classificada.
NR 2	Pergunta	Excerto das respostas
2.1	Quais as necessidades de informação identificadas?	A Marinha identificou a necessidade de ter acesso e interligar a informação nos seus sistemas de monitorização marítimo, a informação pertencente aos seguintes sistemas <ul style="list-style-type: none"> • VTS costeiro, da DGRM • SIVIC, da GNR • RAWDATA Imagens satélites, da EMSA/EUSATCENT • LRIT, da EMSA Esta disponibilização já foi solicitada, não havendo ainda resposta ao solicitado.
2.2	Existe intenção de disponibilizar mais alguma informação?	Não se encontra previsto neste momento.
2.3	Existem pedidos de entidades	Sim, a GNR solicitou a disponibilização do sinal do sistema Costa Segura da DGAM.



	externas para disponibilização de informação da Marinha?	
2.4	Não havendo um regulamente específico para a partilha de informação, como é salvaguardada a proteção dos dados?	O RGPD tem prevista uma exceção para a informação que seja considerada no âmbito da segurança, interesse público geral da União ou de um Estado-Membro, nomeadamente um interesse económico ou financeiro importante da União ou de um Estado-Membro.
NR 3	Pergunta	Excerto das respostas
3.1	A GNR necessita de ter acesso a algum tipo de informação da Marinha?	Por forma a facilitar as acções de fiscalização, seria uma mais valia a GNR ter acesso ao Registo Patrimonial das embarcações de recreio, que tem sido gerido pela DGAM (centralmente) e Capitánias Locais (localmente). Por outro lado, não lhe chamando uma necessidade, mas uma obrigação resultante do Regulamento EUROSUR, o Centro Nacional de Coordenação (CNC) EUROSUR que inclui as autoridades com responsabilidades na vigilância da fronteira marítima e está sob gestão da GNR, deverá ter informações sobre o posicionamento e resultados obtidos no patrulhamento e fiscalização dos meios militares, quando estes se encontram em missão policial de vigilância da fronteira marítima. Isto decorre das obrigações europeias que cada Estado-Membro necessita colocar na rede EUROSUR, a fim de chegar ao Centro de Situação da Frontex.
3.2	Existe intenção de disponibilizar mais alguma informação para o NIPIM@R?	A GNR participou desde início no projeto NIPIM@R com o objetivo de integrar o mesmo, nos moldes que viessem a ser definidos. Como não tive participação direta neste grupo de trabalho, não consigo precisar o estado final do tipo de informação que as autoridades vão contribuir, mas a ideia que tenho ao dia de hoje é que esse projeto ficou parado, pois na Unidade de Controlo Costeiro não fomos contactados para materializar o nó, com os contributos desta Unidade, nem temos qualquer ideia como está materializada e muito menos temos acesso a qualquer tipo de informação que resida nesse nó. Em suma, para nós ainda não existe NIPIM@R!
3.3	O sistema SIVICC da GNR partilha informação com alguma entidade?	Importa referir que este assunto é anterior a 2015 e que em janeiro desse ano a GNR enviou a última versão do protocolo a assinar entre a Marinha, AMN e GNR, tendo em vista ceder a informação do sinal SIVICC. Posteriormente, em junho de 2016 reativaram-se as conversações sobre este e outros assuntos, onde a GNR voltou a reforçar que continua a estar disponível para ceder o sinal dos radares do SIVICC, aguardando contraproposta ao protocolo enviado em janeiro de 2015. Nessas conversações ficou percebido que a Marinha iria reapreciar o protocolo, por forma a dar uma resposta oficial à GNR. Naquilo que tenho conhecimento, até à data não houve mais avanços em relação a este protocolo e desconheço qualquer resposta ao mesmo. À parte deste protocolo, estamos agora a trabalhar sobre partilha de informação para elaboração do Quadro de Situação Nacional de Fronteiras, onde se volta a incluir a partilha do sinal SIVICC, no âmbito do CNC EUROSUR, e com o objetivo de cumprir as recomendações da Comissão Europeia, decorrentes da avaliação Schengen a Portugal, que ocorreu durante o ano de 2017. Aqui estamos a envolver todas as autoridades que fazem parte da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras e pretendemos incluir outros tópicos que passam não só para partilha de informações, mas também nos mecanismos de



A Segurança Marítima na União Europeia: Contexto, Atores e Práticas

		cooperação e articulação entre os Centros Operacionais de cada autoridade, principalmente CNC EUROSUR, MRCC e ARCC.
NR 4	Pergunta	Excerto das respostas
4.1	Sendo um dos elementos que acompanhou a evolução dos diversos projectos de partilha de informação da UE, pode explicar sucintamente a evolução?	As iniciativas relacionadas com a partilha de informação tiveram início em 2009, com o Projeto BlueMassMed, passando pelo CoopP e pelo CISE Incubator, permitindo, primeiramente, garantir a criação das ligações entre os estados membros, seguida do estabelecimento de uma linguagem comum e a confirmação da possibilidade de troca de dados. Importa salientar que a rede apenas permite a troca de informação, não realizando qualquer tratamento.
4.2	Como participa a Autoridade Marítima Nacional (AMN) no NIIM@R?	Importa distinguir que a AMN divide-se em duas vertentes, na <i>security</i> – Polícia Marítima - e na <i>safety</i> – DGAM. No âmbito do NIPIM@R, estamos a participar na vertente <i>safety</i> partilhando a informação relativa à poluição marítima.
4.3	Existem pedidos de entidades externas para disponibilização de informação da Marinha?	Sim, todas as autoridades parceiras da comunidade NIPIM@R solicitam informação passível de partilha, quer da Marinha tal como da própria AMN.
NR 5	Pergunta	Excerto das respostas
5.1	Existem pontos de acesso a informação de outras entidades?	Sim, o COMAR/MRCC possui uma repetidora do sinal do VTS costeiro da DGRM, embora não esteja interligado com o sistema OVERSEE
5.2	O relatório da Comissão Europeia identificou a necessidade de melhorar a coordenação entre o COMAR e a GNR. O que está a ser feito?	Encontram-se a decorrer uma série de reuniões entre as duas entidades no sentido de identificar mecanismos para melhorar a coordenação entre as duas entidades.
NR 6	Pergunta	Excerto das respostas
6.1	Existem pontos de acesso ao sistema NIPIM@R/EUCI SE?	<p>A Marinha e a DRGM possuem cada uma um nó de ligação do NIPIM@R, sendo que as entidades ligam-se a um ou a outro (mecanismo de redundância). Neste momento, a Marinha disponibiliza a informação para o NIPIM@R, não tendo sido desenvolvida nenhuma capacidade nem nenhum sistema que permita a consulta do sistema. Para aceder à informação, os sistemas necessitam de adaptados ou em ultimo caso substituídos, necessitando de um investimento por parte das organizações.</p> <p>Portugal tem vindo a adotar uma estratégia de obtenção de financiamento através da UE (à semelhança dos projectos 501 e 602), mas esse financiamento nunca é a 100%, sendo que as entidades têm de suportar o restante. Para isso, é necessário fazer a inscrição desses investimentos em sede de orçamento, e muitas das vezes os timings não são coincidentes e as entidades acabam por não conseguir o financiamento necessário para completar as ações necessárias para a implementação de projetos.</p> <p>Resumindo, neste momento a Marinha é um dos poucos organismos que neste momento disponibiliza informação no NIPIM@R, apenas se liga num sentido ao NIPIM@R, ou seja, disponibiliza a informação, mas não possui capacidade de consulta.</p>



NR 7	Pergunta	Excerto das respostas
7.1	Quais as entidades que efectivamente já se encontram ligadas e activas na rede NIPIM@R e que informação se encontram a partilhar?	Neste momento, das seis entidades que participaram no projecto 602, apenas a Marinnha e a AMN se encontram ativas na partilha de informação. A DGRM não se encontra neste momento activa, mas em qualquer momento pode activar a partilha. As restantes entidades encontram-se como elementos passivos.